

FAROL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EDIÇÃO
2021



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Luciano Oliveira Mattos de Souza

COORDENADORA DO CENPE/MPRJ
Joana da Costa Martins Monteiro

SUBCOORDENADORA DO CENPE/MPRJ
Julia Guerra Fernandes

EQUIPE RESPONSÁVEL
Afonso Cesar Borges da Silva
Maria Eduarda Lacerda Couto
Vanessa Fux Weiskopf
Laura Angélica Moreira Silva

REVISÃO
Ana Carolina Canegal de Almeida Pozzana
Roberta Cordeiro de Figueiredo

FAROL

Medir desempenho é fundamental para o amadurecimento e desenvolvimento de uma instituição. A produção de indicadores e o acompanhamento sistemático dos dados, etapas basilares do processo de medição, permitem estabelecer referências a fim de mensurar se os objetivos propostos pela entidade estão sendo alcançados.

A proposta deste trabalho é fomentar a gestão comparada a partir da construção de indicadores que permitam olhar sob o mesmo parâmetro diferentes unidades do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e sinalizar o que pode ser aprimorado.

Assim, o Centro de Pesquisas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ) lança luz sobre a atuação das Promotorias da seara criminal, alinhando-se, portanto, ao momento de modernização da atuação do MPRJ, no qual se busca pautar as ações a partir da produção de dados e do uso de evidências para a tomada de decisão.

Nessa direção, o Farol apresenta os principais dados das promotorias, através de números absolutos e de indicadores passíveis de mensurações periódicas, garantindo não apenas o acompanhamento sistemático do trabalho realizado, como também análises aprofundadas que permitam a qualificação do trabalho institucional.

ÍNDICE

- 1 O MPRJ no Fluxo de Justiça Criminal
- 2 Os principais indicadores
- 3 Seção Visão Geral | Nível Estado/Comarca
 - 3.1 Dinâmica Criminal
 - 3.2 Atividade ministerial
 - 3.3 Indicadores de Resultado
- 4 Seção Visão Detalhada | Nível Promotoria de Justiça
 - 4.1 Atividade ministerial
 - 4.2 Indicadores de Resultado
- 5 Seção Visão Específica: Análise dos casos de homicídio doloso
 - 5.1 Dinâmica criminal no estado
 - 5.2 Atividade ministerial
 - 5.3 Indicadores de Resultado
- 6 Anexo
 - O MPRJ no Fluxo de Justiça
 - Dicionário de Conceitos
 - Lista de elementos visuais



OS PRINCIPAIS INDICADORES

Os indicadores são utilizados para medir o desempenho da ação institucional, a partir dos resultados que se pretende alcançar. Trata-se de um forma mais eficaz de enxergar a atuação do MPRJ, para além de seus processos, atividades e produtos.

Indicadores do Farol:

NOME	OBJETIVO	POLARIDADE*	FORMA DE CÁLCULO
TAXA DE DENÚNCIA	Analisar a capacidade investigativa do MPRJ através do oferecimento de denúncia para os inquéritos que estão sob sua responsabilidade	Positiva	Porcentagem dos novos inquéritos** que foram concluídos com denúncia no período analisado
TAXA DE ARQUIVAMENTO	Revelar a capacidade do MPRJ de concluir os inquéritos que estão sob sua responsabilidade	Positiva	Porcentagem dos novos inquéritos que foram concluídos através do arquivamento no período analisado
TAXA DE FINALIZAÇÃO	Analisar a capacidade do MPRJ de finalizar os inquéritos que estão sob sua responsabilidade e reduzir o seu acervo.	Positiva	Porcentagem dos novos inquéritos que foram finalizados(denúncia + arquivamento + acordo de não persecução penal) no período analisado
TAXA DE PROCEDÊNCIA	Analisar as respostas ao trabalho do MPRJ através do resultado dos casos denunciados ao Poder Judiciário	Positiva	Porcentagem das denúncias julgadas que foram julgadas procedentes pelo TJRJ

*A polaridade revela o direcionamento do comportamento esperado pelo indicador. Quando positiva, indica que quanto maior o número encontrado, melhor o resultado obtido. Se a polaridade for negativa, indica que quanto menor o número encontrado, melhor o resultado alcançado.

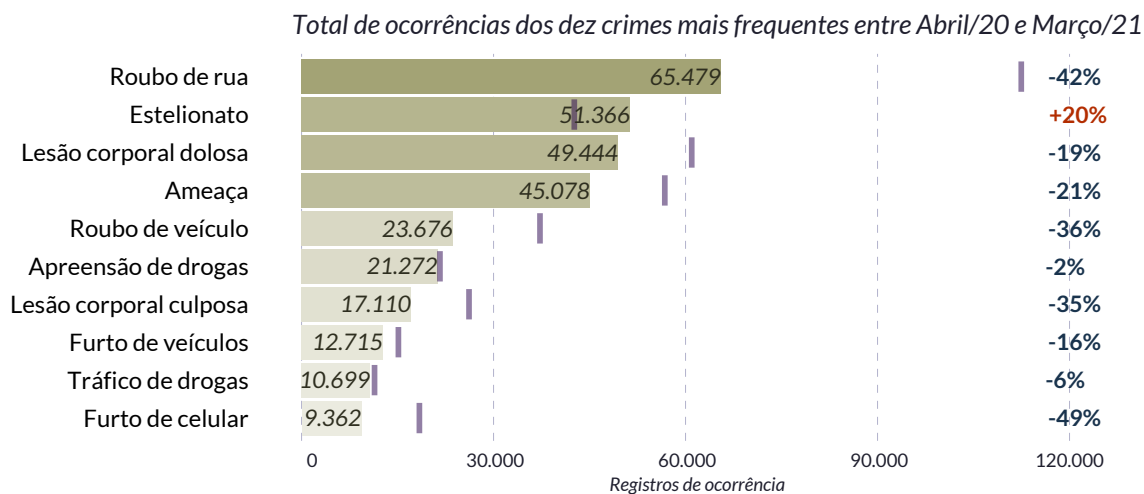
** A definição de 'novos inquéritos' é o volume de inquéritos que deu entrada pela primeira vez na promotoria. Isso significa que a taxa de finalização de 2019 corresponde ao percentual de inquéritos que chegaram pela primeira vez na promotoria no referido ano e que foram finalizados até a data de referência deste relatório.

SEÇÃO:
VISÃO GERAL
NÍVEL ESTADO/COMARCA



Dinâmica criminal – O problema a ser enfrentado

Com intuito de delimitar o problema, o gráfico abaixo apresenta o número de registros de ocorrência referentes às **dez ocorrências mais frequentes** no estado do Rio de Janeiro entre abril/20 e março/21. O gráfico também apresenta a variação percentual em relação ao mesmo período no ano anterior.



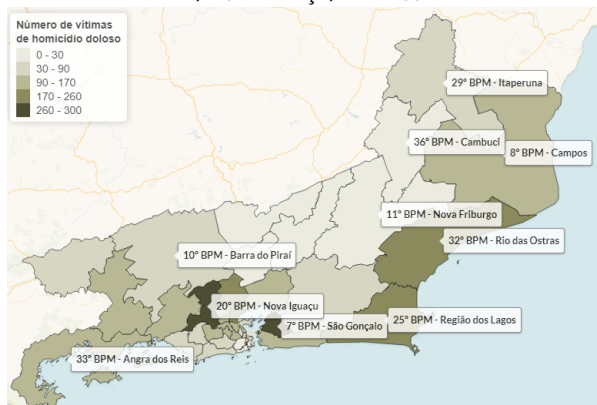
Legenda | Abril/19 a Março/20

Além das ocorrências mais frequentes, também é possível acompanhar **delitos selecionados pela sua relevância no contexto fluminense**. A seleção dos delitos foi feita a partir de levantamentos internos, e a tabela demonstra a evolução mensal dos registros nos últimos doze meses. Números em azul e em vermelho indicam que a ocorrência do delito está, respectivamente, abaixo e acima da média.

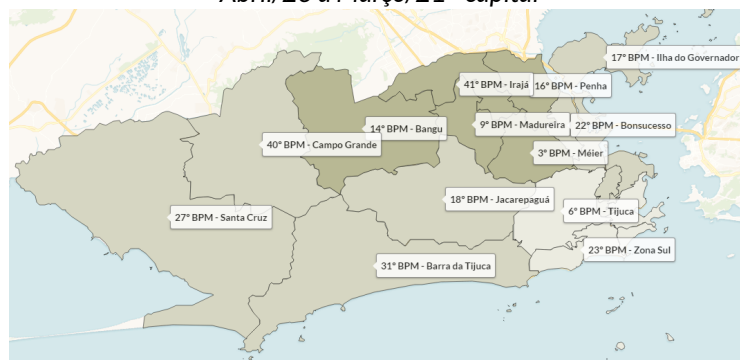
Delitos selecionados	2020-04	2020-05	2020-06	2020-07	2020-08	2020-09	2020-10	2020-11	2020-12	2021-01	2021-02	2021-03
Homicídio doloso	312	273	259	257	261	239	277	325	283	361	246	313
Tentativa de homicídio	324	291	307	377	354	343	404	401	321	479	333	412
Morte por intervenção de agente do Estado	179	130	34	52	51	54	145	81	84	149	147	157
Estupro	241	261	394	382	459	481	452	467	424	469	413	430
Roubo de veículo	1.846	1.586	1.743	1.817	1.791	1.742	1.898	2.082	2.300	2.332	2.172	2.367
Roubo de carga	337	455	404	544	415	323	357	331	459	363	351	397
Tráfico de drogas (Lei 11.343/2006)	918	935	818	895	917	890	910	820	827	909	875	985
Associação criminosa (Art. 288 e 288A CPP)	27	35	39	55	59	53	54	28	ND	ND	ND	ND
Organização criminosa (Lei 12.850/2013)	13	15	19	36	20	16	10	10	ND	ND	ND	ND

Acompanhar a **distribuição territorial** de crimes por categoria individualmente garante uma visão estratégica para a atuação ministerial. Para a análise, foi definido o homicídio doloso, em razão de a vida ser um dos principais bem jurídicos tutelados pelo Estado. As divisões no mapa foram feitas a partir das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), que correspondem às áreas de atuação dos Batalhões de Polícia Militar.

Mapa: Vítimas de homicídio doloso - Abril/20 a Março/21 - estado



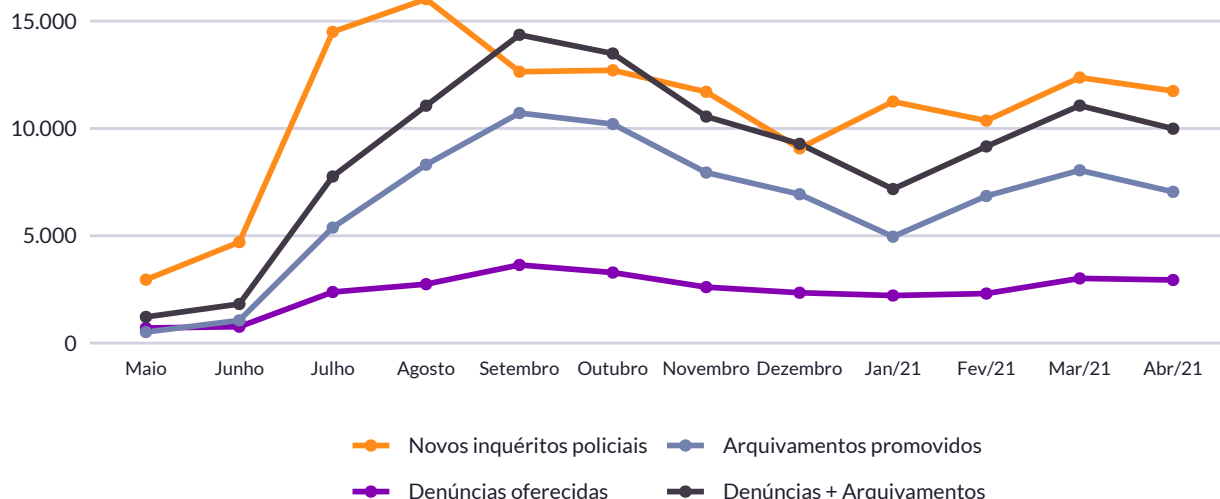
Mapa: Vítimas de homicídio doloso - Abril/20 a Março/21 - capital



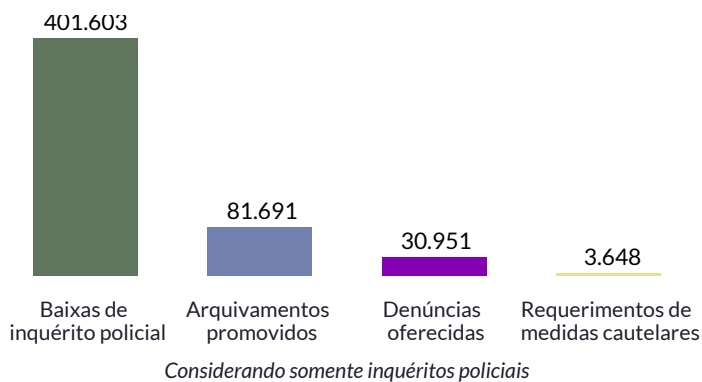
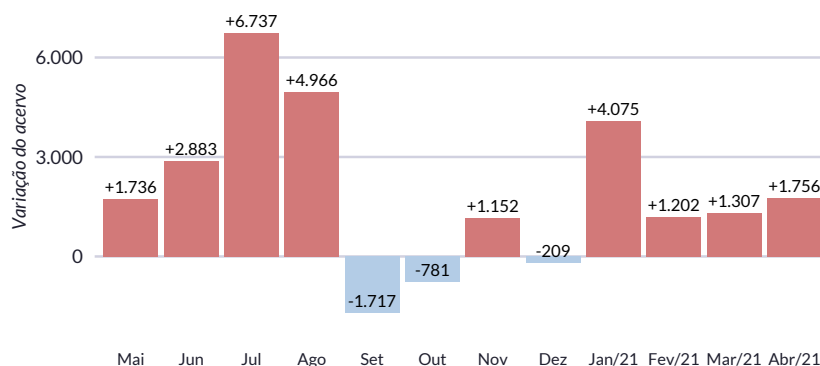
Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ).

Atividade ministerial – Acompanhamento dos inquéritos policiais

Adiante, buscou-se estabelecer uma relação entre os **inquéritos policiais** enviados ao MPRJ e a atuação ministerial sobre esse quantitativo. A escolha por analisar inquéritos policiais se deu devido à sua representatividade dentre as demandas recebidas pela área criminal. O gráfico abaixo apresenta a **variação mensal de inquéritos policiais recebidos, denúncias oferecidas e arquivamentos promovidos nos últimos 12 meses**. Os acordos de não persecução penal não foram considerados em razão de representarem ainda uma parcela pouco significativa.



Com o intuito de monitorar a **variação do acervo de inquéritos policiais**, o gráfico à direita apresenta a **diferença entre os novos inquéritos e os inquéritos finalizados (denúncias + arquivamentos)** por mês.



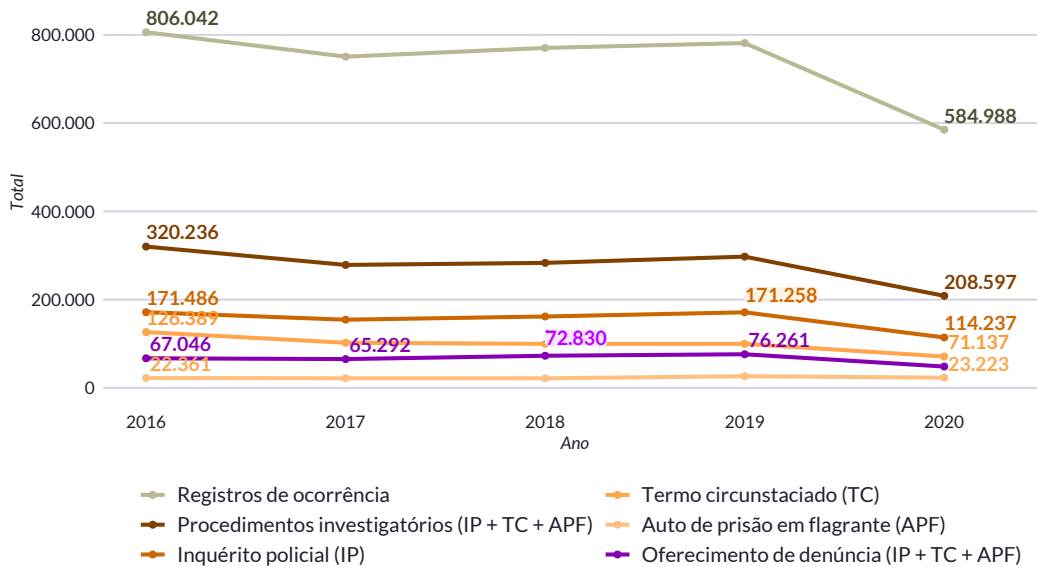
O gráfico à esquerda exibe a resposta que o MPRJ vem fornecendo aos **inquéritos policiais** nos últimos 12 meses (Abril/20 a Março/21). É certo que o quantitativo de baixas de inquéritos policiais será sempre superior às finalizações (denúncia ou arquivamento), visto que um mesmo inquérito pode ter diversas baixas, mas apenas uma finalização.

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Atividade ministerial – Oferecimento de denúncia

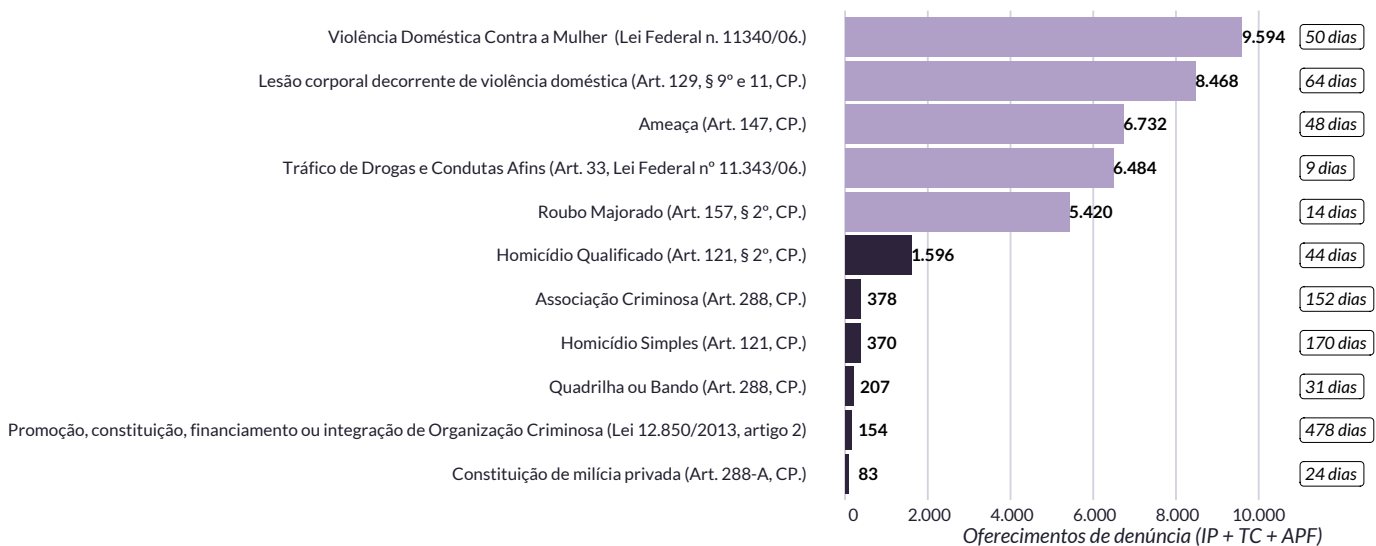
Seguindo o exercício de delimitar o problema a ser enfrentado, é importante examinar a evolução e as características das denúncias oferecidas pelo MPRJ. O detalhamento mostra-se relevante uma vez que o oferecimento de denúncia representa a parcela do problema que o MPRJ formalizou perante o Poder Judiciário.

O gráfico abaixo apresenta as séries históricas dos registros de ocorrência (Fonte: ISP/RJ), dos procedimentos investigatórios enviados pela autoridade policial (Fonte: MGP/MPRJ), e das denúncias oferecidas (Fonte: MGP/MPRJ). Para essa análise, foram consideradas as denúncias oferecidas a partir dos inquéritos policiais, dos termos circunstanciados e dos autos de prisão em flagrante.



48.376
denúncias foram
oferecidas pelo MPRJ
entre Janeiro e
Dezembro de 2020

Também é possível filtrar o **oferecimento de denúncia por suas imputações** referente aos últimos 12 meses. No gráfico a seguir, estão destacadas as cinco imputações mais denunciadas (na cor mais clara), além de tipos penais escolhidos (na cor mais escura) devido a sua relevância para a dinâmica criminal no território fluminense. A informação à direita se refere à mediana de tempo transcorrido entre a data da primeira entrada do procedimento no MPRJ e a data da denúncia.



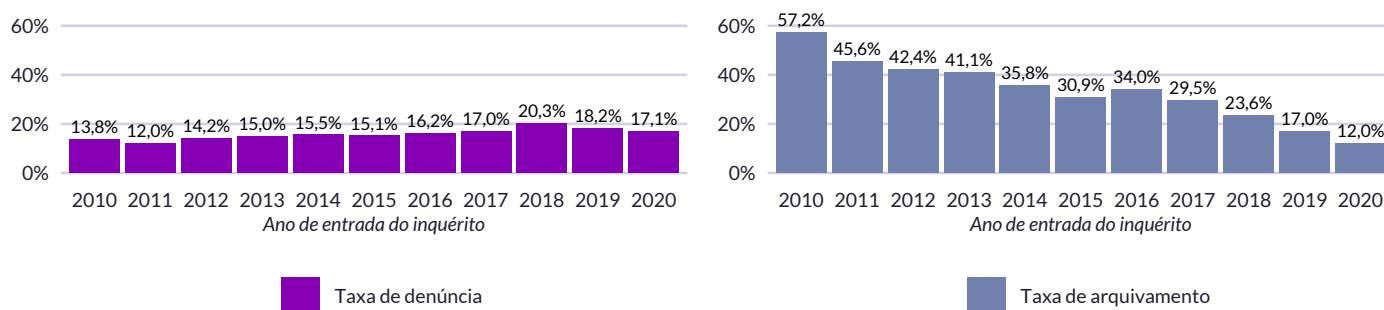
Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Indicadores de resultado – Taxas de finalização

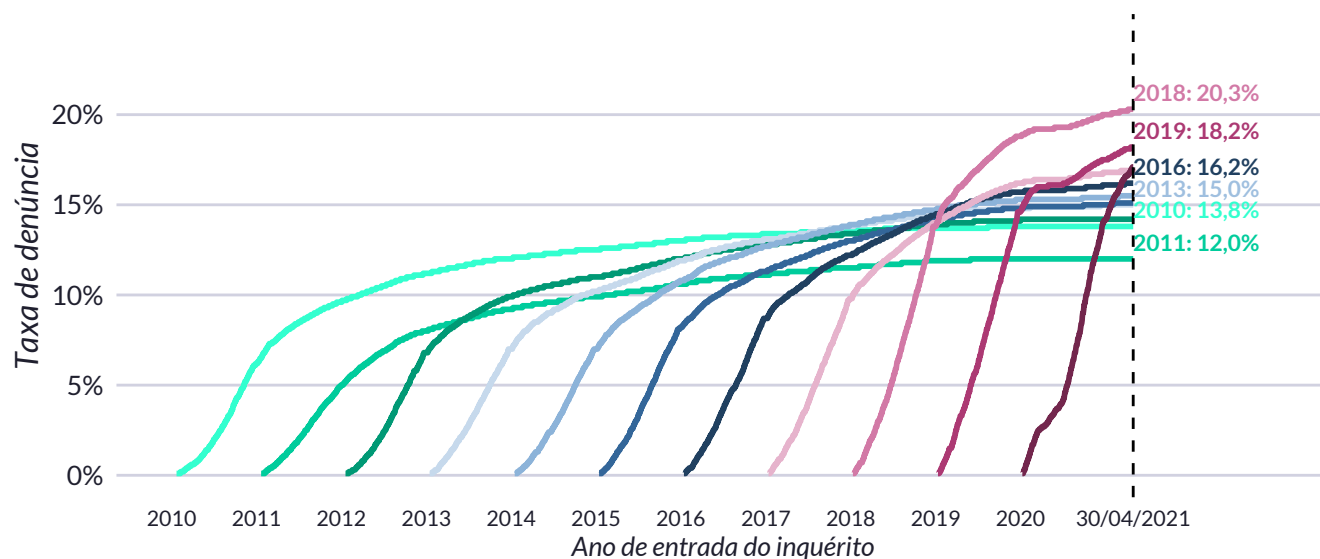
Esta etapa apresenta um **diagnóstico dos inquéritos policiais no estado do Rio de Janeiro** e analisa a atuação do Ministério Público diante da demanda recebida. Também é apresentada a **taxa de finalização**, que revela a capacidade do MPRJ de concluir os inquéritos que estão sob sua responsabilidade. O detalhamento do indicador e a fórmula de cálculo da taxa de finalização pode ser encontrada [aqui](#).

A tabela abaixo apresenta as séries históricas das taxas de denúncia e de arquivamento, que, quando somadas, compõem a taxa de finalização do MPRJ. As finalizações foram contabilizadas por ano de entrada, ou seja, são as finalizações referentes aos inquéritos policiais recebidos na instituição em determinado ano.

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Novos inquéritos policiais (A)	183.613	230.905	213.832	213.235	223.083	192.744	171.486	154.541	161.802	171.258	114.237
Até o dia 30/04/2021											
Denunciados (B)	25.366	27.797	30.421	31.977	34.537	29.108	27.758	26.199	32.907	31.203	19.569
Denunciados no último mês	3	7	7	21	27	23	56	84	172	248	617
Arquivados (C)	105.070	105.265	90.615	87.732	79.843	59.546	58.228	45.565	38.232	29.173	13.699
Arquivados no último mês	179	319	413	652	375	323	315	423	608	626	692
Finalizados (B+C)	130.436	133.062	121.036	119.709	114.380	88.654	85.986	71.764	71.139	60.376	33.268
Finalizados no último mês	182	326	420	673	402	346	371	507	780	874	1.309
Indicadores de resultado:											
Taxa de denúncia (B/A)	13,8%	12,0%	14,2%	15,0%	15,5%	15,1%	16,2%	17,0%	20,3%	18,2%	17,1%
Taxa de arquivamento (C/A)	57,2%	45,6%	42,4%	41,1%	35,8%	30,9%	34,0%	29,5%	23,6%	17,0%	12,0%
Taxa de finalização ((B+C)/A)	71,0%	57,6%	56,6%	56,1%	51,3%	46,0%	50,1%	46,4%	44,0%	35,3%	29,1%



Outra maneira de avaliar as taxas de denúncia é através de sua **evolução temporal**. No gráfico abaixo, a trajetória das linhas coloridas representa a evolução das taxas de denúncia ao longo do tempo, considerando os inquéritos policiais que entraram em determinado ano. O eixo horizontal marca a passagem de tempo, desde a entrada do inquérito até a data em que foi gerado este relatório. Destaca-se, para interpretação do gráfico, que quanto mais íngreme a curva, maior é a velocidade da evolução da taxa no período marcado no eixo horizontal. A estabilização da curva, por sua vez, indica que a taxa pouco se alterou naquele espaço de tempo.



Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Indicadores de resultado – Taxas de finalização

A partir das séries históricas das taxas de finalização e denúncia, foi selecionado o ano de 2019 para apresentar análises mais aprofundadas sobre os inquéritos finalizados. A escolha pelo ano de 2019 foi sustentada pelas análises dos tempos processuais, cujo resultado indica que a maior parte das denúncias ocorre em até seis meses após a primeira entrada do inquérito no MPRJ. A metodologia de cálculo pode ser consultada [aqui](#).

Os mapas que se seguem apresentam a distribuição no território dos novos inquéritos recebidos e das taxas de finalização por comarca, com base no ano de 2019. A partir das informações apresentadas, é possível compreender como a entrada de novos inquéritos afeta a taxa de finalização.

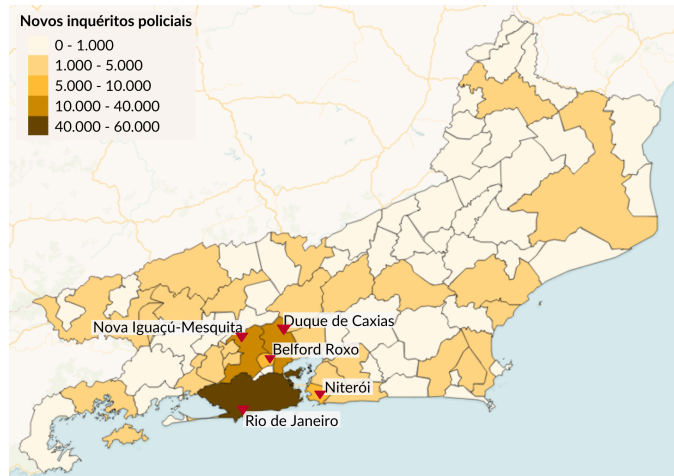
171.258

inquéritos policiais foram cadastrados no MPRJ em 2019

Esse valor representa 12% dos novos documentos do ano

A Comarca do Rio de Janeiro (capital) foi a que recebeu o maior volume de inquéritos, 54.438, o que representa 32% do total.

Mapa: novos inquéritos por comarca - 2019



Considerando o total de novos inquéritos recebidos pelo MPRJ em 2019:

Taxa de denúncia

18,2%

31.203 inquéritos denunciados

Taxa de arquivamento

17,0%

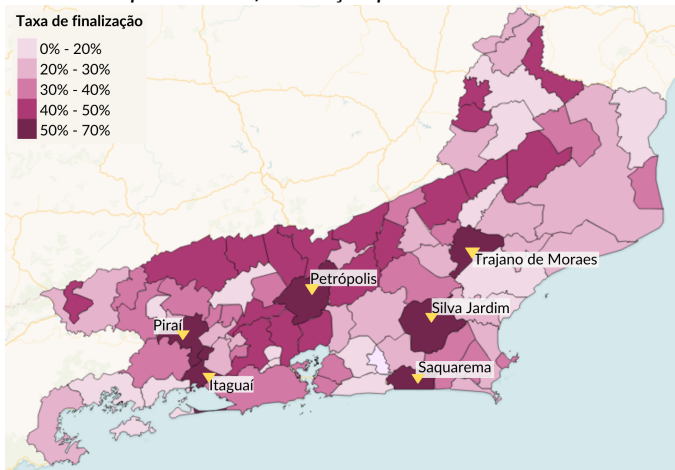
29.173 inquéritos arquivados

Taxa de finalização

35,3%

60.376 inquéritos finalizados

Mapa: taxa de finalização por comarca - 2019



A Comarca de Itaguaí possui a maior taxa de finalização: 63,5%. Em seguida, Petrópolis (61,4%) e Silva Jardim (59,9%) completam as três comarcas do estado do Rio de Janeiro com as maiores taxas de finalização.

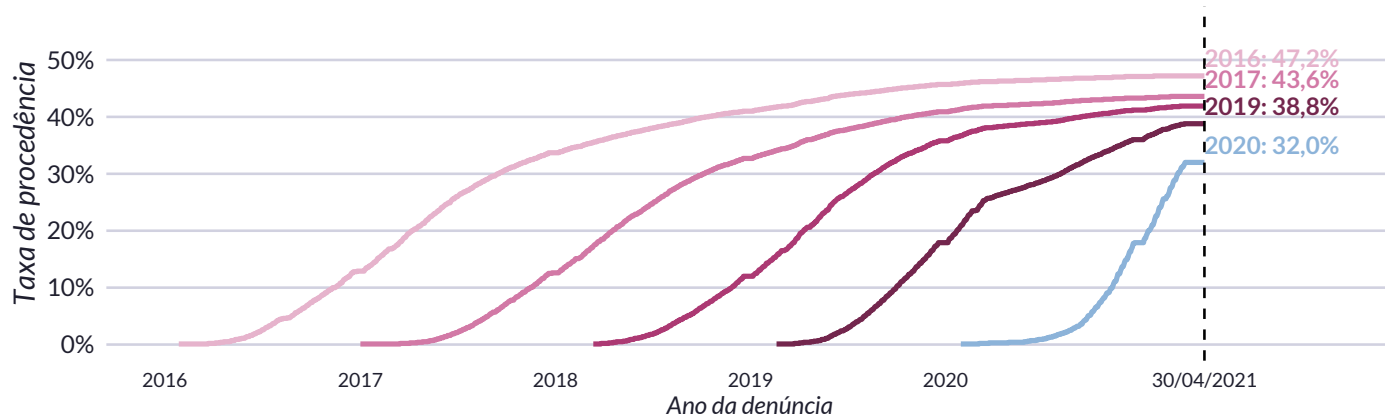
Indicadores de resultado – Taxas de procedência

Esta etapa exibe um **diagnóstico das denúncias oferecidas pelo MPRJ**. Será apresentada a taxa de procedência, que analisa o êxito ministerial através do resultado da denúncia na etapa judicial. A metodologia de cálculo pode ser consultada [aqui](#).

A próxima tabela apresenta o **resultado das denúncias por seu ano de ajuizamento**. Naturalmente, quanto mais próximo do corrente ano, maior o percentual de denúncias aguardando sentença. Tal situação é decorrente do tempo necessário para as tramitações judiciais.

Ano	2016	2017	2018	2019	2020
Oferecimentos de denúncias (IP + TC + APF)	67.046	65.292	72.830	76.261	48.376
Do total:					
Com informação	45.071	48.503	54.758	56.746	29.472
Sem informação	21.975	16.789	18.072	19.515	18.904
Das denúncias com informação:					
Com sentença	40.333	41.598	41.392	31.430	9.603
Aguardando sentença	4.738	6.905	13.366	25.316	19.869
Das denúncias com sentença:					
Julgadas procedentes	19.051	18.145	17.356	12.207	3.075
Julgadas improcedentes	6.996	8.724	9.064	5.939	1.207
Extinção do processo	10.691	10.605	10.637	11.158	5.085
Suspensão do processo (Art. 366 CPP)	3.595	4.124	4.335	2.126	236
Do total:					
% Com informação	67,2%	74,3%	75,2%	74,4%	60,9%
% Sem informação	32,8%	25,7%	24,8%	25,6%	39,1%
Das denúncias com informação:					
% Com sentença	89,5%	85,8%	75,6%	55,4%	32,6%
% Aguardando sentença	10,5%	14,2%	24,4%	44,6%	67,4%
Das denúncias com sentença:					
Taxa de procedência	47,2%	43,6%	41,9%	38,8%	32,0%
Taxa de improcedência	17,3%	21,0%	21,9%	18,9%	12,6%
Taxa de extinção do processo	26,5%	25,5%	25,7%	35,5%	53,0%
Taxa de suspensão do processo	8,9%	9,9%	10,5%	6,8%	2,5%

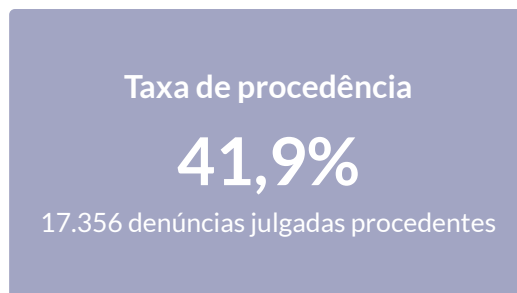
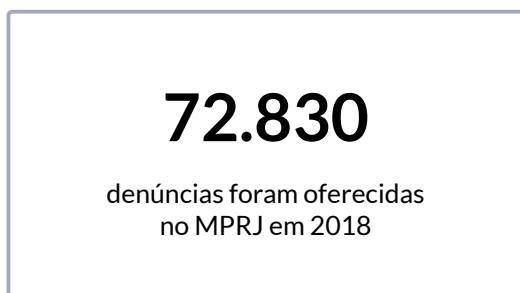
A taxa de procedência também pode ser avaliada pela sua **evolução temporal**. Essa visualização ajuda a compreender se há um padrão de comportamento das sentenças, considerando a primeira instância, em relação aos tempos de tramitação judicial. As linhas coloridas demonstram a evolução da taxa de procedência de denúncias ajuizadas em determinado ano, enquanto o eixo horizontal marca a passagem do tempo. Destaca-se que, quanto mais íngreme a curva, maior é a velocidade da evolução da taxa no período marcado no eixo horizontal. A estabilização da curva, por sua vez, indica que a taxa pouco se alterou naquele espaço de tempo.



Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base no cruzamento de informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021, com a consulta processual no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

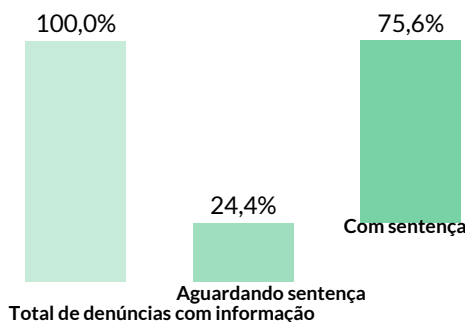
Indicadores de resultado – Taxas de procedência

Com a finalidade de oferecer uma análise mais aprofundada, e considerando a série histórica apresentada, foram selecionadas as **denúncias oferecidas em 2018** para fins de cálculo dos indicadores de resultado. A escolha do ano resulta principalmente do princípio da duração razoável do processo, que impõe um tempo de tramitação judicial suficiente para satisfazer as demandas processuais.

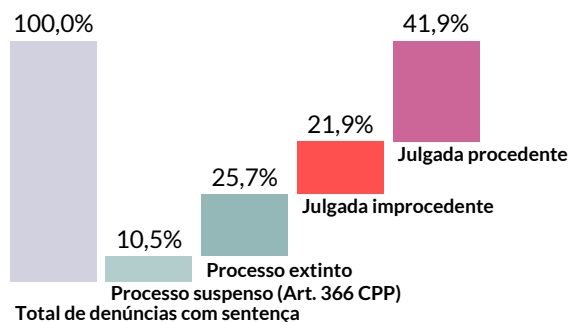


Considerando as denúncias oferecidas em 2018, foram analisadas o status atual de **41.392** denúncias cujas sentenças já foram proferidas, nas quais **17.356 foram julgadas procedentes**, até 30/04/2021. Embora o principal resultado de interesse seja a sentença julgada procedente, o gráfico a seguir apresenta os demais resultados possíveis para as denúncias que foram analisadas.

Resultado das denúncias oferecidas em 2018 quanto ao proferimento de sentença

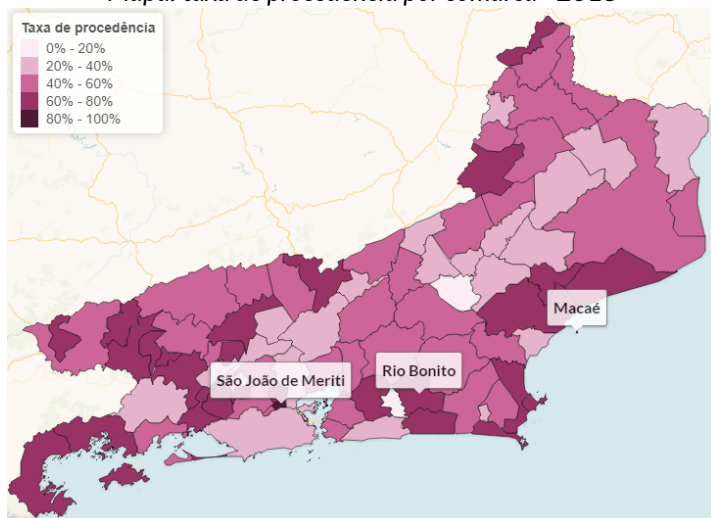


Resultado das denúncias oferecidas em 2018 com sentença proferida



Com base nas denúncias oferecidas em 2018, o mapa abaixo apresenta a **taxa de procedência por comarca**. A variação na taxa de procedência pode ocorrer em razão do resultado "procedente", bem como pelo quantitativo de denúncias oferecidas em determinada comarca.

Mapa: taxa de procedência por comarca - 2018



Algumas comarcas destacam-se com alto percentual da **taxa de procedência**. É o caso de São João de Meriti com 80,5%, sendo a comarca com maior taxa de procedência. Além dessa comarca, Macaé (79,2%) e Rio Bonito (73%) completam as três comarcas do estado do Rio de Janeiro com os maiores valores desse indicador.

SEÇÃO:
VISÃO DETALHADA
NÍVEL PROMOTORIA DE JUSTIÇA



Atividades das PIPs – Núcleo Rio de Janeiro

A presente seção busca medir as atividades ministeriais exercidas pelas Promotorias de Justiça de Investigação Penal do **Núcleo Rio de Janeiro**. Para tanto, são expostas tabelas que contêm o quantitativo de inquéritos policiais recebidos e os números absolutos das atividades realizadas no âmbito das PIPs em 2021, que por sua vez estão agrupadas por área de atuação.

De Janeiro/21 a Abril/21, a média de atividades por PIP do Núcleo Rio de Janeiro foi de:

473 novos inquéritos	16 medidas cautelares	0 instauração de PIC	7 acordo NPP oferecidos	0 acordo NPP firmados
-----------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------

Período: Jan/21 a Abr/21

Família	Área de atuação	PIP	Novos inquéritos	Medidas cautelares ¹	Instauração de PIC	Acordo NPP oferecido ²	Acordo NPP firmado
Territorial	Zona Sul/Barra	1ª PIP	377	14	0	4	0
		2ª PIP	388	9	0	14	3
	Botafogo/Copacabana	1ª PIP	406	11	0	32	1
		2ª PIP	397	13	0	0	0
	Centro/Zona Portuária	1ª PIP	1075	9	1	0	0
		2ª PIP	713	4	0	0	0
		3ª PIP	664	21	0	0	0
	Méier/Tijuca	1ª PIP	191	7	0	15	0
		2ª PIP	179	5	0	5	0
		3ª PIP	190	7	0	54	0
		4ª PIP	195	21	0	0	0
	Ilha/Bonsucesso	1ª PIP	244	3	0	21	0
		2ª PIP	145	8	0	18	2
	Penha/Irajá	1ª PIP	388	13	0	14	0
		2ª PIP	460	4	0	1	1
		3ª PIP	370	10	0	6	0
	Madureira/Jacarepaguá	1ª PIP	426	12	0	2	0
		2ª PIP	424	3	0	0	0
		3ª PIP	477	4	0	0	0
	Bangu/Campo Grande	1ª PIP	354	6	1	0	0
2ª PIP		395	42	2	22	0	
3ª PIP		351	4	0	10	0	
Santa Cruz	1ª PIP	337	2	0	1	1	
	2ª PIP	265	3	0	0	0	
Especializada	Rio de Janeiro	1ª PIP	280	84	0	1	0
		2ª PIP	245	74	0	0	0
		3ª PIP	232	22	0	0	0
		4ª PIP	245	50	0	1	0
Violência contra mulher	Área Centro	1ª Centro	1112	14	0	0	0
		2ª Centro	1075	4	0	0	0
	Área Oeste/Jacarepaguá	1ª Oeste	1249	11	0	0	0
		2ª Oeste	1285	30	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

¹ Requerimentos de medidas cautelares por iniciativa do MP.

² Acordo de não persecução penal.

Atividades das PIPs – Núcleo Rio de Janeiro

A presente seção busca medir as atividades ministeriais exercidas pelas Promotorias de Justiça de Investigação Penal do **Núcleo Rio de Janeiro**. Para tanto, são expostas tabelas que contêm o quantitativo de inquéritos policiais recebidos e os números absolutos das atividades realizadas no âmbito das PIPs em 2021, que por sua vez estão agrupadas por área de atuação.

Período: Jan/21 a Abr/21

Família	Área de atuação	PIP	Denúncias oferecidas				Arquivamentos promovidos			
			Total	Inquéritos iniciados			Total	Inquéritos iniciados		
				Antes de 2019	Entre 2019 e Fev-20	A partir de Mar-20		Antes de 2019	Entre 2019 e Fev-20	A partir de Mar-20
Territorial	Zona Sul/Barra	1ª PIP	155	55	12	88	663	603	15	45
		2ª PIP	146	24	17	105	422	347	30	45
	Botafogo/Copacabana	1ª PIP	169	36	29	104	579	522	16	41
		2ª PIP	76	10	6	60	64	40	4	20
	Centro/Zona Portuária	1ª PIP	9	1	2	6	112	53	4	55
		2ª PIP	56	6	3	47	720	589	38	93
		3ª PIP	45	9	6	30	43	33	1	9
	Méier/Tijuca	1ª PIP	37	0	1	36	50	28	2	20
		2ª PIP	42	5	1	36	118	101	10	7
		3ª PIP	101	19	12	70	82	41	15	26
		4ª PIP	129	39	19	71	254	188	23	43
	Ilha/Bonsucesso	1ª PIP	149	46	17	86	585	520	24	41
		2ª PIP	74	19	16	39	185	139	24	22
	Penha/Irajá	1ª PIP	115	33	10	72	146	79	20	47
		2ª PIP	88	17	11	60	119	85	9	25
		3ª PIP	96	13	3	80	118	87	3	28
	Madureira/Jacarepaguá	1ª PIP	57	15	7	35	358	292	41	25
		2ª PIP	92	27	31	34	626	550	50	26
3ª PIP		30	1	0	29	413	270	107	36	
Bangu/Campo Grande	1ª PIP	31	4	4	23	150	110	6	34	
	2ª PIP	160	57	58	45	864	785	41	38	
	3ª PIP	66	31	6	29	289	247	18	24	
Santa Cruz	1ª PIP	39	12	3	24	451	400	13	38	
	2ª PIP	40	14	13	13	535	491	17	27	
Especializada	Rio de Janeiro	1ª PIP	26	6	2	18	275	213	15	47
		2ª PIP	21	2	5	14	413	336	25	52
		3ª PIP	32	11	8	13	151	141	6	4
		4ª PIP	36	8	13	15	321	273	30	18
Violência contra mulher	Área Centro	1ª Centro	451	0	2	449	129	10	1	118
		2ª Centro	560	1	3	556	179	9	6	164
	Área Oeste/Jacarepaguá	1ª Oeste	267	19	31	217	565	431	28	106
		2ª Oeste	357	12	48	297	724	373	64	287

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Atividades das PIPs – Núcleo Niterói/São Gonçalo

A presente seção busca medir as atividades ministeriais exercidas pelas Promotorias de Justiça de Investigação Penal do **Núcleo Niterói/São Gonçalo**. Para tanto, são expostas tabelas que contêm o quantitativo de inquéritos policiais recebidos e os números absolutos das atividades realizadas no âmbito das PIPs em 2021, que por sua vez estão agrupadas por área de atuação.

De Janeiro/21 a Abril/21, a média de atividades por PIP do Núcleo Niterói/São Gonçalo foi de:

312 novos inquéritos	12 medidas cautelares	0 instauração de PIC	18 acordo NPP oferecidos	0 acordo NPP firmados
-----------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------	---------------------------------------	------------------------------------

Período: Jan/21 a Abr/21

Família	Área de atuação	PIP	Novos inquéritos	Medidas cautelares ¹	Instauração de PIC	Acordo NPP oferecido ²	Acordo NPP firmado
Territorial	Niterói	1ª PIP	408	13	1	51	0
		2ª PIP	405	9	0	55	0
	São Gonçalo	1ª PIP	253	6	0	18	0
		2ª PIP	233	24	0	30	0
		3ª PIP	242	10	0	1	0
Especializada	Niterói/São Gonçalo	1ª PIP	114	19	0	5	0
		2ª PIP	107	22	0	1	0
Violência contra mulher	Área Niterói	VD Niterói	548	3	0	0	0
	Área São Gonçalo	VD S. Gonçalo	502	1	0	0	0

Período: Jan/21 a Abr/21

Família	Área de atuação	PIP	Denúncias oferecidas				Arquivamentos promovidos			
			Total	Inquéritos iniciados			Total	Inquéritos iniciados		
				Antes de 2019	Entre 2019 e Fev-20	A partir de Mar-20		Antes de 2019	Entre 2019 e Fev-20	A partir de Mar-20
Territorial	Niterói	1ª PIP	81	10	15	56	328	275	19	34
		2ª PIP	96	44	17	35	738	671	43	24
	São Gonçalo	1ª PIP	83	24	14	45	506	430	23	53
		2ª PIP	126	64	22	40	438	385	22	31
		3ª PIP	31	5	5	21	161	130	11	20
Especializada	Niterói/São Gonçalo	1ª PIP	13	0	2	11	41	23	7	11
		2ª PIP	26	11	11	4	56	47	5	4
Violência contra mulher	Área Niterói	VD Niterói	97	5	3	89	133	57	7	69
	Área São Gonçalo	VD S. Gonçalo	374	55	138	181	1220	1035	88	97

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

¹ Requerimentos de medidas cautelares por iniciativa do MP.

² Acordo de não persecução penal.

Atividades das PIPs – Núcleo Duque de Caxias/Nova Iguaçu

A presente seção busca medir as atividades ministeriais exercidas pelas Promotorias de Justiça de Investigação Penal do **Núcleo Duque de Caxias/Nova Iguaçu**. Para tanto, são expostas tabelas que contêm o quantitativo de inquéritos policiais recebidos e os números absolutos das atividades realizadas no âmbito das PIPs em 2021, que por sua vez estão agrupadas por área de atuação.

De Janeiro/21 a Abril/21, a média de atividades por PIP do Núcleo Duque de Caxias/Nova Iguaçu foi de:

477 novos inquéritos	20 medidas cautelares	0 instauração de PIC	2 acordo NPP oferecidos	0 acordo NPP firmados
-----------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------

Período: Jan/21 a Abr/21

Família	Área de atuação	PIP	Novos inquéritos	Medidas cautelares ¹	Instauração de PIC	Acordo NPP oferecido ²	Acordo NPP firmado
Territorial	Duque de Caxias	1ª PIP	304	2	0	0	0
		2ª PIP	312	13	0	0	0
		3ª PIP	351	6	0	4	0
		4ª PIP	295	5	0	0	0
		5ª PIP	294	8	0	0	0
	Nova Iguaçu	1ª PIP	236	7	0	5	0
		2ª PIP	238	1	0	12	0
		3ª PIP	207	2	0	3	0
		4ª PIP	243	0	0	0	0
	Especializada	D. Caxias/N. Iguaçu	1ª PIP	164	44	2	0
2ª PIP			157	33	1	4	0
Violência contra mulher	Área Duque de Caxias	1ª Caxias	1206	90	0	0	0
		2ª Caxias	1185	43	0	0	0
	Área Nova Iguaçu	N. Iguaçu	1480	27	0	0	0

Período: Jan/21 a Abr/21

Família	Área de atuação	PIP	Denúncias oferecidas				Arquivamentos promovidos			
			Total	Inquéritos iniciados			Total	Inquéritos iniciados		
				Antes de 2019	Entre 2019 e Fev-20	A partir de Mar-20		Antes de 2019	Entre 2019 e Fev-20	A partir de Mar-20
Territorial	Duque de Caxias	1ª PIP	55	2	6	47	200	68	64	68
		2ª PIP	65	4	10	51	348	301	10	37
		3ª PIP	92	6	18	68	198	94	52	52
		4ª PIP	2	0	0	2	65	43	17	5
		5ª PIP	53	6	2	45	168	84	42	42
	Nova Iguaçu	1ª PIP	49	1	4	44	151	105	15	31
		2ª PIP	95	11	28	56	425	222	119	84
		3ª PIP	45	4	2	39	512	428	39	45
		4ª PIP	104	16	25	63	1176	760	326	90
	Especializada	D. Caxias/N. Iguaçu	1ª PIP	32	2	2	28	44	27	3
2ª PIP			41	6	7	28	92	68	4	20
Violência contra mulher	Área Duque de Caxias	1ª Caxias	795	174	132	489	1468	536	339	593
		2ª Caxias	304	49	79	176	523	185	205	133
	Área Nova Iguaçu	N. Iguaçu	638	63	117	458	647	208	119	320

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

¹ Requerimentos de medidas cautelares por iniciativa do MP.

² Acordo de não persecução penal.

Atividades das PIPs – Extranúcleo

A presente seção busca medir as atividades ministeriais exercidas pelas Promotorias de Justiça de Investigação Penal **fora da Região Metropolitana**. Para tanto, são expostas tabelas que contêm o quantitativo de inquéritos policiais recebidos e os números absolutos das atividades realizadas no âmbito das PIPs em 2021, que por sua vez estão agrupadas por área de atuação.

De Janeiro/21 a Abril/21, a média de atividades das PIP fora da Região Metropolitana foi de:

398 novos inquéritos	18 medidas cautelares	1 instauração de PIC	4 acordo NPP oferecidos	1 acordo NPP firmados
-----------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------	------------------------------------

Período: Jan/21 a Abr/21

Família	Área de atuação	PIP	Novos inquéritos	Medidas cautelares ¹	Instauração de PIC	Acordo NPP oferecido ²	Acordo NPP firmado
Extranúcleo	Barra Mansa	PIP - Barra Mansa	514	15	1	0	0
	Cabo Frio	PIP - Cabo Frio	185	30	1	1	0
	Campos	1ª PIP	624	13	0	0	0
		2ª PIP	474	14	4	0	2
	Itaboraí	PIP - Itaboraí	112	8	1	0	5
	Itaguaí	PIP - Itaguaí	159	3	0	0	1
	Macaé	PIP - Macaé	442	9	0	10	0
	Nova Friburgo	PIP - Nova Friburgo	255	6	0	5	0
	Petrópolis	PIP - Petrópolis	648	58	0	10	4
	Volta Redonda	PIP - Volta Redonda	563	21	0	15	0

Período: Jan/21 a Abr/21

Família	Área de atuação	PIP	Denúncias oferecidas				Arquivamentos promovidos			
			Total	Inquéritos iniciados			Total	Inquéritos iniciados		
				Antes de 2019	Entre 2019 e Fev-20	A partir de Mar-20		Antes de 2019	Entre 2019 e Fev-20	A partir de Mar-20
Extranúcleo	Barra Mansa	PIP - Barra Mansa	115	15	16	84	85	37	12	36
	Cabo Frio	PIP - Cabo Frio	44	3	4	37	45	18	2	25
	Campos	1ª PIP	150	33	11	106	135	114	2	19
		2ª PIP	71	5	2	64	102	87	3	12
	Itaboraí	PIP - Itaboraí	55	18	9	28	187	160	10	17
	Itaguaí	PIP - Itaguaí	40	5	4	31	92	49	14	29
	Macaé	PIP - Macaé	58	6	6	46	195	138	10	47
	Nova Friburgo	PIP - Nova Friburgo	43	24	5	14	133	86	22	25
	Petrópolis	PIP - Petrópolis	246	15	35	196	130	16	16	98
	Volta Redonda	PIP - Volta Redonda	134	24	15	95	164	39	29	96

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

¹ Requerimentos de medidas cautelares por iniciativa do MP.

² Acordo de não persecução penal.

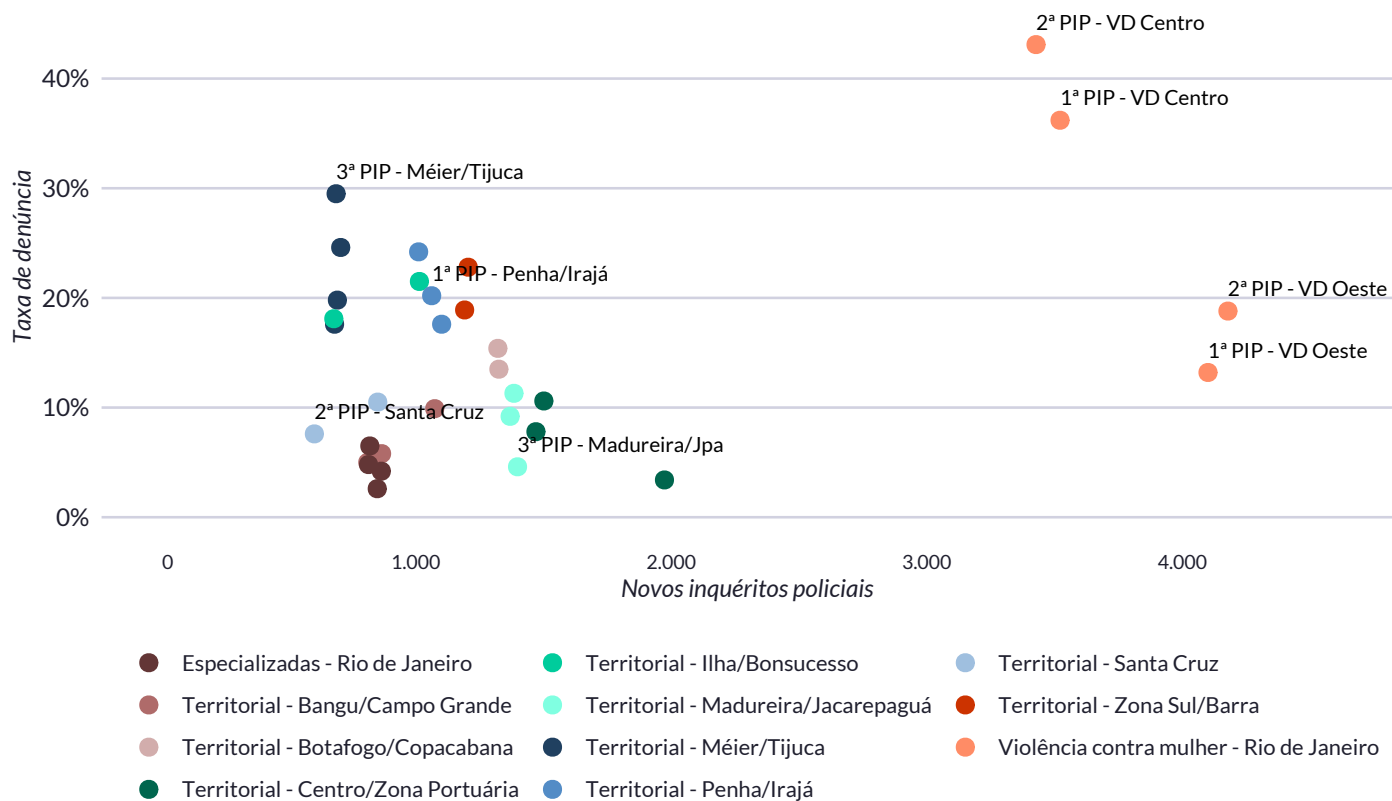
Resultados das PIPs – Núcleo Rio de Janeiro

Além dos números absolutos revelados anteriormente, é fundamental observar como esses números se comportam em face dos **indicadores de resultado** já apresentados. Para isso, a próxima tabela apresenta o número de novos inquéritos, bem como as taxas de denúncia e de arquivamento, por Promotoria de Justiça. Valores em **vermelho** e em **azul** indicam, respectivamente, taxas **abaixo** e **acima** da média do conjunto de Promotorias.

Área de atuação	PIP	Período: Mar/20 a Abr/21		
		Novos inquéritos	Taxa de denúncia	Taxa de arquivamento
Zona Sul/Barra	1ª PIP	1.191	18,9%	8,5%
	2ª PIP	1.205	22,8%	9,0%
Botafogo/Copacabana	1ª PIP	1.321	15,4%	5,3%
	2ª PIP	1.325	13,5%	5,6%
Centro/Zona Portuária	1ª PIP	1.973	3,4%	3,2%
	2ª PIP	1.501	10,6%	7,8%
	3ª PIP	1.470	7,8%	2,7%
Méier/Tijuca	1ª PIP	693	19,8%	6,3%
	2ª PIP	682	17,6%	2,9%
	3ª PIP	688	29,5%	6,1%
	4ª PIP	706	24,6%	10,6%
Ilha/Bonsucesso	1ª PIP	1.014	21,5%	15,6%
	2ª PIP	679	18,1%	8,0%
Penha/Irajá	1ª PIP	1.062	20,2%	5,9%
	2ª PIP	1.101	17,6%	4,9%
	3ª PIP	1.011	24,2%	5,2%
Madureira/Jacarepaguá	1ª PIP	1.384	11,3%	5,5%
	2ª PIP	1.369	9,2%	3,8%
	3ª PIP	1.398	4,6%	3,6%
Bangu/Campo Grande	1ª PIP	866	5,8%	4,5%
	2ª PIP	1.074	9,9%	8,8%
	3ª PIP	812	5,0%	3,3%
Santa Cruz	1ª PIP	851	10,5%	10,2%
	2ª PIP	603	7,6%	7,5%
Especializadas	1ª PIP	865	4,2%	7,4%
	2ª PIP	815	4,8%	11,3%
	3ª PIP	820	6,5%	3,4%
	4ª PIP	849	2,6%	2,5%
Violência contra mulher	1ª Centro	3.521	36,2%	14,9%
	2ª Centro	3.427	43,1%	11,6%
	1ª Oeste	4.100	13,2%	6,0%
	2ª Oeste	4.178	18,8%	13,7%

Resultados das PIPs – Núcleo Rio de Janeiro

Em complemento à tabela, o gráfico abaixo informa acerca da relação entre os novos inquéritos das PIPs e as taxas de denúncia. Cada ponto colorido representa uma das PIPs mencionadas acima, e as cores dizem respeito à família da qual o órgão faz parte, considerando o redimensionamento institucional. O eixo horizontal retrata o número de novos inquéritos policiais recebidos pelo órgão no período analisado, enquanto o eixo vertical, a taxa de denúncia apresentada. Quando os pontos estão mais próximos na horizontal, depreende-se que as promotorias marcadas receberam um quantitativo similar de novos inquéritos; já quando estão mais dispersos, depreende-se que os números de entrada de novos inquéritos foram mais díspares. A lógica se repete no eixo vertical. Os pontos em alturas semelhantes apresentam taxas de denúncias parecidas; já as marcações em alturas mais desniveladas, taxas de denúncias mais desiguais.



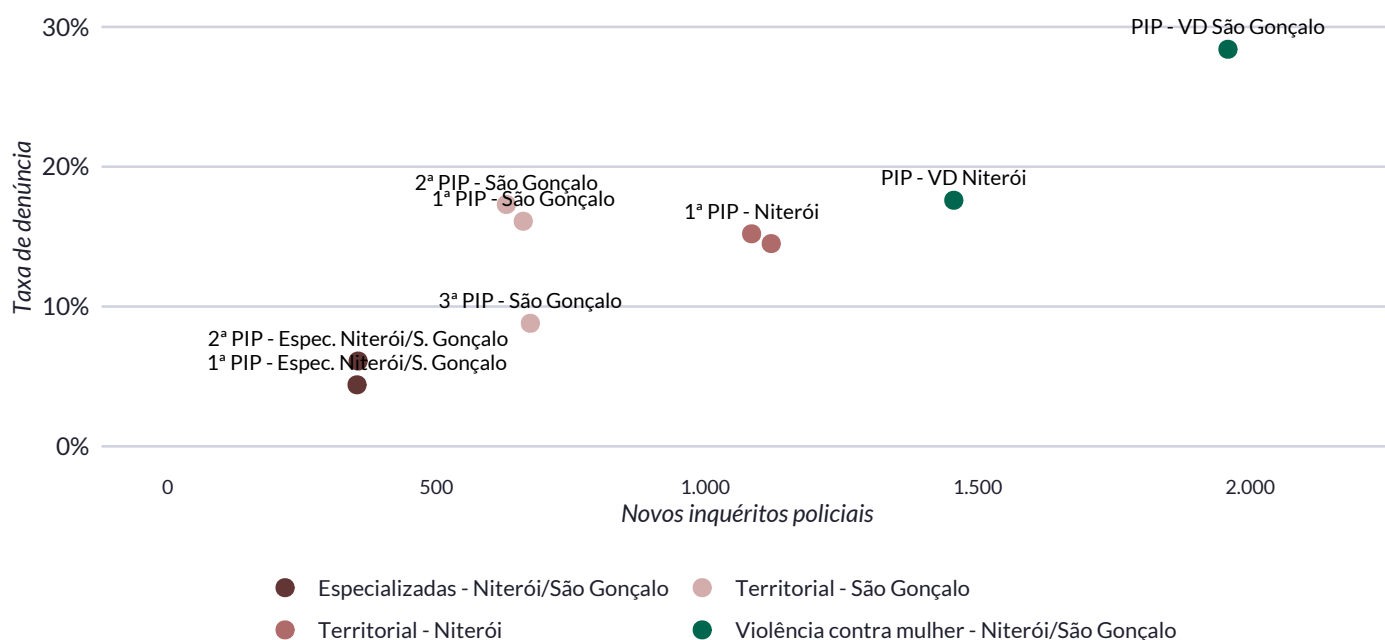
Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Resultados das PIPs – Núcleo Niterói/São Gonçalo

Além dos números absolutos revelados anteriormente, é fundamental observar como esses números se comportam em face dos **indicadores de resultado** já apresentados. Para isso, a próxima tabela apresenta o número de novos inquéritos, bem como as taxas de denúncia e de arquivamento, por Promotoria de Justiça. Valores em **vermelho** e em **azul** indicam, respectivamente, taxas **abaixo** e **acima** da média do conjunto de Promotorias.

Área de atuação	PIP	Período: Mar/20 a Abr/21		
		Novos inquéritos	Taxa de denúncia	Taxa de arquivamento
São Gonçalo	1ª PIP	666	16,1%	13,1%
	2ª PIP	635	17,3%	11,0%
	3ª PIP	679	8,8%	9,6%
Niterói	1ª PIP	1.085	15,2%	6,5%
	2ª PIP	1.121	14,5%	7,9%
Especializadas	1ª PIP	361	4,4%	6,1%
	2ª PIP	363	6,1%	6,1%
Violência contra mulher	VD Niterói	1.456	17,6%	9,8%
	VD S. Gonçalo	1.959	28,4%	17,5%

Em complemento à tabela, o gráfico abaixo informa acerca da relação entre os novos inquéritos das PIPs e as taxas de denúncia. Cada ponto colorido representa uma das PIPs mencionadas acima, e as cores dizem respeito à família da qual o órgão faz parte, considerando o redimensionamento institucional. O eixo horizontal retrata o número de novos inquéritos policiais recebidos pelo órgão no período analisado, enquanto o eixo vertical, a taxa de denúncia apresentada. Quando os pontos estão mais próximos na horizontal, depreende-se que as promotorias marcadas receberam um quantitativo similar de novos inquéritos; já quando estão mais dispersos, depreende-se que os números de entrada de novos inquéritos foram mais díspares. A lógica se repete no eixo vertical. Os pontos em alturas semelhantes apresentam taxas de denúncias parecidas; já as marcações em alturas mais desniveladas, taxas de denúncias mais desiguais.

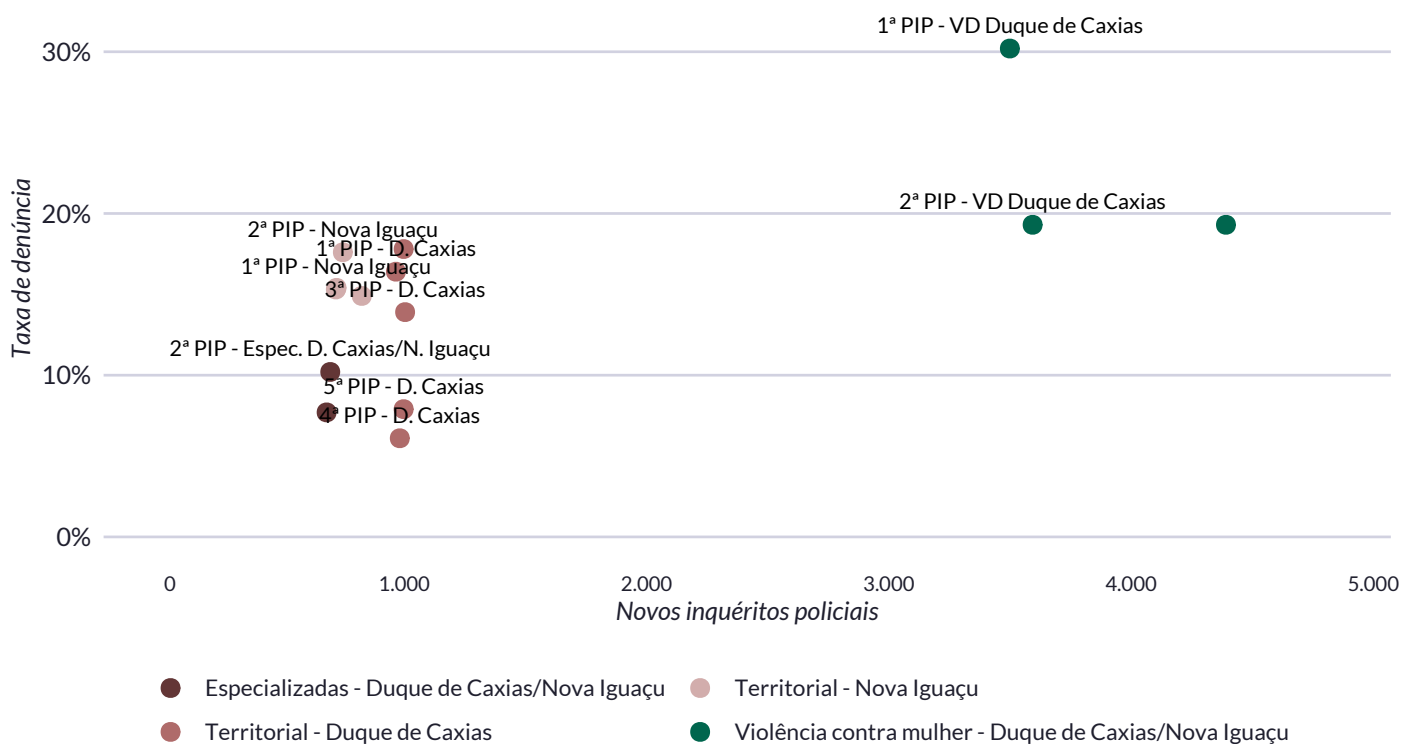


Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Resultados das PIPs – Núcleo Duque de Caxias/Nova Iguaçu

Além dos números absolutos revelados anteriormente, é fundamental observar como esses números se comportam em face dos **indicadores de resultado** já apresentados. Para isso, a próxima tabela apresenta o número de novos inquéritos, bem como as taxas de denúncia e de arquivamento, por Promotoria de Justiça. Valores em **vermelho** e em **azul** indicam, respectivamente, taxas **abaixo** e **acima** da média do conjunto de Promotorias.

Área de atuação	PIP	Período: Mar/20 a Abr/21		
		Novos inquéritos	Taxa de denúncia	Taxa de arquivamento
Nova Iguaçu	1ª PIP	717	15,3%	8,9%
	2ª PIP	746	17,6%	33,4%
	3ª PIP	720	15,4%	16,9%
	4ª PIP	824	14,9%	30,1%
Duque de Caxias	1ª PIP	965	16,4%	20,2%
	2ª PIP	997	17,8%	9,4%
	3ª PIP	1.003	13,9%	8,8%
	4ª PIP	981	6,1%	5,3%
	5ª PIP	997	7,9%	5,9%
Especializadas	1ª PIP	679	7,7%	4,6%
	2ª PIP	694	10,2%	5,5%
Violência contra mulher	1ª Caxias	3.499	30,2%	17,1%
	2ª Caxias	3.593	19,3%	13,0%
	N. Iguaçu	4.391	19,3%	12,9%



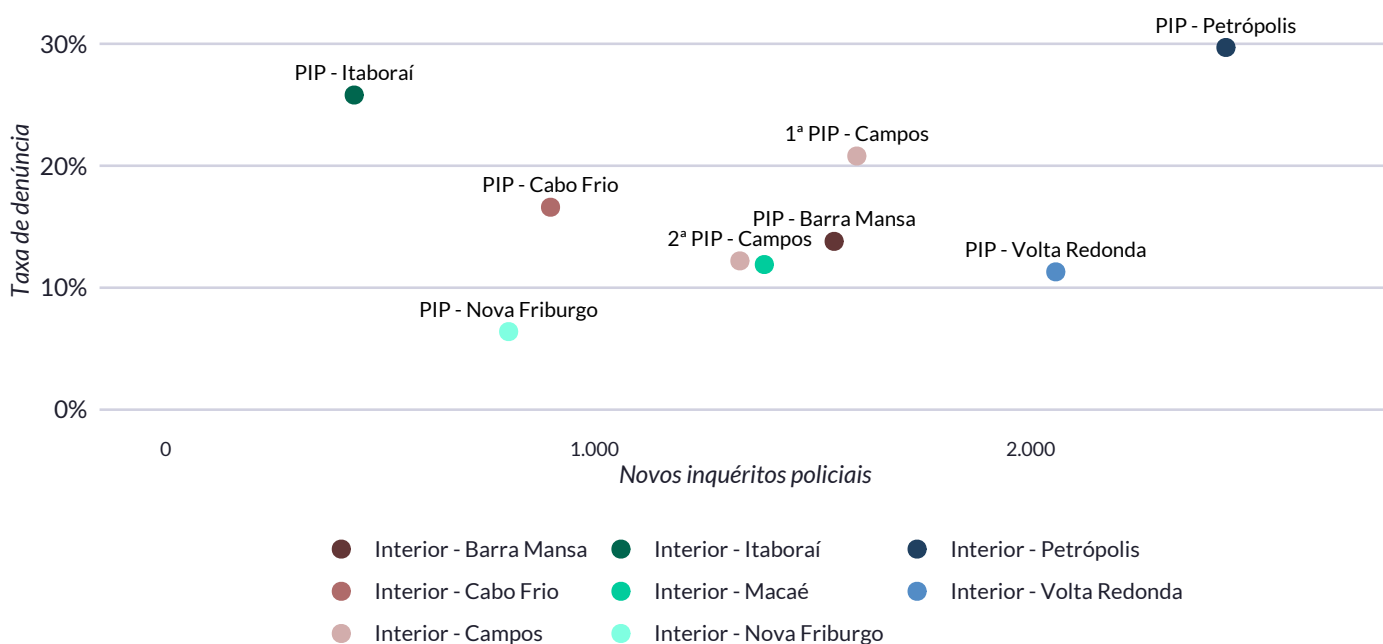
Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Resultados das PIPs – Extranúcleo

Além dos números absolutos revelados anteriormente, é fundamental observar como esses números se comportam em face dos **indicadores de resultado** já apresentados. Para isso, a próxima tabela apresenta o número de novos inquiridos, bem como as taxas de denúncia e de arquivamento, por Promotoria de Justiça. Valores em **vermelho** e em **azul** indicam, respectivamente, taxas **abaixo** e **acima** da média do conjunto de Promotorias.

Área de atuação	PIP	Período: Mar/20 a Abr/21		
		Novos inquiridos	Taxa de denúncia	Taxa de arquivamento
Campos	1ª PIP	1.601	20,8%	2,6%
	2ª PIP	1.333	12,2%	2,0%
Barra Mansa	PIP - Barra Mansa	1.549	13,8%	7,1%
Cabo Frio	PIP - Cabo Frio	899	16,6%	8,9%
Itaboraí	PIP - Itaboraí	449	25,8%	12,0%
Itaguaí	PIP - Itaguaí	826	19,7%	13,0%
Macaé	PIP - Macaé	1.389	11,9%	8,8%
Nova Friburgo	PIP - Nova Friburgo	803	6,4%	7,2%
Petrópolis	PIP - Petrópolis	2.447	29,7%	14,8%
Volta Redonda	PIP - Volta Redonda	2.057	11,3%	11,9%

Em complemento à tabela, o gráfico abaixo informa acerca da relação entre os novos inquiridos das PIPs e as taxas de denúncia. Cada ponto colorido representa uma das PIPs mencionadas acima, e as cores dizem respeito à família da qual o órgão faz parte, considerando o redimensionamento institucional. O eixo horizontal retrata o número de novos inquiridos policiais recebidos pelo órgão no período analisado, enquanto o eixo vertical, a taxa de denúncia apresentada. Quando os pontos estão mais próximos na horizontal, depreende-se que as promotorias marcadas receberam um quantitativo similar de novos inquiridos; já quando estão mais dispersos, depreende-se que os números de entrada de novos inquiridos foram mais díspares. A lógica se repete no eixo vertical. Os pontos em alturas semelhantes apresentam taxas de denúncias parecidas; já as marcações em alturas mais desniveladas, taxas de denúncias mais desiguais.



Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Atividades das Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais – Comarca do Rio de Janeiro

A análise individual dos indicadores possibilita acompanhar as atividades de cada promotoria, identificando bons exemplos e oportunidades de melhoria. Nesta etapa, o período de análise é de Janeiro a Abril de 2021. Estão contempladas as Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais da **Comarca do Rio de Janeiro**.

A primeira linha da tabela apresenta a média de cada métrica para as promotorias em questão. Dessa forma, é possível estabelecer parâmetros de comparação entre os números de cada órgão. As métricas apresentadas estão relacionadas ao volume total de trabalho e às atividades pré-processuais.

Promotoria	Período: Janeiro/21 a Abril/21					
	Métricas gerais		Métricas relacionadas à atividade pré-processual			
	Vistas abertas	Novos documentos	Denúncias	Arquivamentos	Medidas cautelares ¹	Requerimentos de prisão
Média	1104	193	62	8	1	1
PJ junto a 5ª Vara Criminal da Capital	1002	154	84	1	0	1
PJ junto a 11ª Vara Criminal da Capital	1256	207	66	2	2	3
PJ junto a 14ª Vara Criminal da Capital	742	145	45	1	0	0
PJ junto a 16ª Vara Criminal da Capital	1420	198	81	6	0	1
PJ junto a 17ª Vara Criminal da Capital	1082	172	60	2	0	0
PJ junto a 19ª Vara Criminal da Capital	990	114	54	1	0	0
PJ junto a 20ª Vara Criminal da Capital	1576	204	76	1	0	0
PJ junto a 21ª Vara Criminal da Capital	1290	202	75	2	0	0
PJ junto a 23ª Vara Criminal da Capital	963	145	69	1	0	0
PJ junto a 26ª Vara Criminal da Capital	1203	149	56	2	0	0
PJ junto a 27ª Vara Criminal da Capital	953	156	49	2	0	0
PJ junto a 28ª Vara Criminal da Capital	718	118	71	1	0	1
PJ junto a 29ª Vara Criminal da Capital	912	174	75	2	0	1
PJ junto a 31ª Vara Criminal da Capital	746	177	57	10	1	1
PJ junto a 32ª Vara Criminal da Capital	973	174	63	6	0	0
PJ junto a 33ª Vara Criminal da Capital	1170	322	93	4	0	0
PJ junto a 34ª Vara Criminal da Capital	790	145	61	1	0	6
PJ junto a 35ª Vara Criminal da Capital	1222	174	60	0	4	0
PJ junto a 36ª Vara Criminal da Capital	1345	179	67	3	0	4
PJ junto a 37ª Vara Criminal da Capital	1076	184	43	16	3	0
PJ junto a 38ª Vara Criminal da Capital	925	169	27	7	0	0
PJ junto a 39ª Vara Criminal da Capital	1059	234	70	0	0	0
PJ junto a 40ª Vara Criminal da Capital	911	167	82	1	0	0
PJ junto a 41ª Vara Criminal da Capital	1204	254	78	1	0	1
PJ junto a 42ª Vara Criminal da Capital	956	158	83	1	0	0
PJ junto a 43ª Vara Criminal da Capital	886	146	48	3	4	0
1ª PJ junto a 1ª e a 2ª Varas Criminais de Bangu	1506	195	117	2	2	0
2ª PJ junto a 1ª e a 2ª Varas Criminais de Bangu	999	165	75	1	2	0
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Jacarepagua	1519	226	90	0	0	0
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Jacarepagua	1035	233	66	5	0	2
1ª PJ Criminal de Santa Cruz	1429	430	16	89	6	0
2ª PJ Criminal de Santa Cruz	1706	610	14	101	3	0
1ª PJ junto a 1ª Vara Criminal Especializada da Capital	609	45	12	1	0	1
2ª PJ junto a 1ª Vara Criminal Especializada da Capital	530	25	2	0	0	0
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Madureira	1419	187	72	3	0	1
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Madureira	1627	199	70	3	1	2

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

¹ Requerimentos de medidas cautelares por iniciativa do MP.

Atividades das Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais – Comarca do Rio de Janeiro

Assim como na página anterior, o período de análise é de Janeiro a Abril de 2021, e estão contempladas as Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais da **Comarca do Rio de Janeiro**. Dessa vez, as métricas apresentadas na tabela estão relacionadas às atividades processuais, e na primeira linha é apresentada a média de cada métrica para as promotorias em questão. Dessa forma, é possível estabelecer parâmetros de comparação entre os números de cada órgão.

Período: Janeiro/21 a Abril/21

Promotoria	Métricas relacionadas à atividade processual					
	Manifestações	Despachos	Aditamentos de denúncia	Alegações finais	Recursos	Declínios de atribuição
Média	466	1	1	54	43	11
PJ junto a 5ª Vara Criminal da Capital	490	0	3	65	59	6
PJ junto a 11ª Vara Criminal da Capital	617	0	1	30	40	1
PJ junto a 14ª Vara Criminal da Capital	439	0	0	23	61	0
PJ junto a 16ª Vara Criminal da Capital	590	0	1	49	42	15
PJ junto a 17ª Vara Criminal da Capital	474	1	1	49	88	34
PJ junto a 19ª Vara Criminal da Capital	479	0	1	34	59	1
PJ junto a 20ª Vara Criminal da Capital	834	0	3	96	75	16
PJ junto a 21ª Vara Criminal da Capital	522	0	3	58	38	2
PJ junto a 23ª Vara Criminal da Capital	364	0	0	65	17	12
PJ junto a 26ª Vara Criminal da Capital	460	5	1	50	49	33
PJ junto a 27ª Vara Criminal da Capital	417	5	0	87	69	1
PJ junto a 28ª Vara Criminal da Capital	257	10	2	48	17	4
PJ junto a 29ª Vara Criminal da Capital	458	0	0	116	19	4
PJ junto a 31ª Vara Criminal da Capital	256	0	4	30	22	21
PJ junto a 32ª Vara Criminal da Capital	425	1	1	24	30	1
PJ junto a 33ª Vara Criminal da Capital	272	0	2	78	48	4
PJ junto a 34ª Vara Criminal da Capital	241	2	3	87	35	10
PJ junto a 35ª Vara Criminal da Capital	830	0	3	10	47	1
PJ junto a 36ª Vara Criminal da Capital	431	0	0	95	46	13
PJ junto a 37ª Vara Criminal da Capital	413	0	0	26	38	3
PJ junto a 38ª Vara Criminal da Capital	672	0	0	18	61	6
PJ junto a 39ª Vara Criminal da Capital	546	0	0	43	35	13
PJ junto a 40ª Vara Criminal da Capital	211	0	1	67	16	21
PJ junto a 41ª Vara Criminal da Capital	556	0	0	58	77	31
PJ junto a 42ª Vara Criminal da Capital	336	0	0	72	21	9
PJ junto a 43ª Vara Criminal da Capital	284	0	1	74	28	0
1ª PJ junto a 1ª e a 2ª Varas Criminais de Bangu	619	0	1	70	62	8
2ª PJ junto a 1ª e a 2ª Varas Criminais de Bangu	476	1	1	40	23	21
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Jacarepagua	495	0	2	68	33	6
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Jacarepagua	315	0	5	81	26	10
1ª PJ Criminal de Santa Cruz	659	0	0	28	14	44
2ª PJ Criminal de Santa Cruz	666	4	1	17	11	13
1ª PJ junto a 1ª Vara Criminal Especializada da Capital	302	1	1	17	13	0
2ª PJ junto a 1ª Vara Criminal Especializada da Capital	300	0	0	11	15	1
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Madureira	394	0	9	91	99	20
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Madureira	680	0	2	75	119	25

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Atividades das Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais – Outras comarcas

A análise individual dos indicadores possibilita acompanhar as atividades de cada promotoria, identificando bons exemplos e oportunidades de melhoria. Nesta etapa, o período de análise é de Janeiro a Abril de 2021. Estão contempladas as Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais das comarcas fora da Capital.

A primeira linha da tabela apresenta a média de cada métrica para as promotorias em questão. Dessa forma, é possível estabelecer parâmetros de comparação entre os números de cada órgão. As métricas apresentadas estão relacionadas ao volume total de trabalho e às atividades pré-processuais.

Período: Janeiro/21 a Abril/21

Promotoria	Métricas gerais		Métricas relacionadas à atividade pré-processual			
	Vistas abertas	Novos documentos	Denúncias	Arquivamentos	Medidas cautelares ¹	Requerimentos de prisão
Média	1127	152	57	3	0	0
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Niterói	1682	196	100	1	0	0
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Niterói	1955	268	126	4	0	0
PJ junto a 3ª Vara Criminal de Niterói	473	40	8	0	0	0
PJ junto a 4ª Vara Criminal de Niterói	1029	163	96	3	0	0
PJ junto a 1ª Vara Criminal de São Gonçalo	1541	172	55	4	1	4
PJ junto a 2ª Vara Criminal de São Gonçalo	1477	154	65	1	0	0
PJ junto a 3ª Vara Criminal de São Gonçalo	1583	180	70	5	0	0
1ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo	295	21	5	0	0	0
2ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo	322	18	1	0	0	0
PJ junto a 5ª Vara Criminal de São Gonçalo	1541	150	58	0	0	1
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Duque de Caxias	1857	281	99	1	0	1
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias	1454	258	87	0	0	0
PJ junto a 3ª Vara Criminal de Duque de Caxias	1344	257	100	3	0	0
1ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias	230	14	1	0	0	0
2ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias	250	22	2	1	0	0
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	1480	226	67	0	0	0
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	926	158	39	2	0	0
1ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	232	31	0	1	0	0
2ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	230	32	0	0	0	0
PJ junto a 7ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	962	167	34	1	0	1
1ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de São João de Meriti	718	106	35	0	0	2
2ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de São João de Meriti	662	102	35	0	0	0
PJ junto a 2ª Vara Criminal de São João de Meriti	1350	193	55	1	0	0
1ª PJ junto as Varas Criminais de Belford Roxo	640	78	26	6	1	0
2ª PJ junto as Varas Criminais de Belford Roxo	1335	177	78	2	0	1
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Nilópolis	1353	124	43	3	0	0
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Petrópolis	2302	328	114	0	0	1
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Petrópolis	1250	212	85	44	0	0
1ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	836	110	6	0	0	2
2ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	809	102	2	0	1	0
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	1707	285	84	6	0	0
PJ junto a 3ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	2233	239	240	4	0	0

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

¹Requerimentos de medidas cautelares por iniciativa do MP.

Atividades das Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais – Outras comarcas

Assim como na página anterior, o período de análise é de Janeiro a Abril de 2021, e estão contempladas as Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais das demais comarcas. Dessa vez, as métricas apresentadas na tabela estão relacionadas às atividades processuais, e na primeira linha é apresentada a média de cada métrica para as promotorias em questão. Dessa forma, é possível estabelecer parâmetros de comparação entre os números de cada órgão.

Período: Janeiro/21 a Abril/21

Promotoria	Métricas relacionadas à atividade processual					
	Manifestações	Despachos	Aditamentos de denúncia	Alegações finais	Recursos	Declínios de atribuição
Média	490	8	2	49	53	4
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Niterói	418	0	0	119	39	10
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Niterói	931	0	0	79	51	0
PJ junto a 3ª Vara Criminal de Niterói	157	0	0	4	27	1
PJ junto a 4ª Vara Criminal de Niterói	406	0	1	53	62	4
PJ junto a 1ª Vara Criminal de São Gonçalo	621	1	4	96	72	12
PJ junto a 2ª Vara Criminal de São Gonçalo	659	0	1	47	72	1
PJ junto a 3ª Vara Criminal de São Gonçalo	909	1	3	87	95	11
1ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo	163	0	2	11	6	0
2ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo	173	0	3	8	8	0
PJ junto a 5ª Vara Criminal de São Gonçalo	683	0	5	36	51	0
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Duque de Caxias	631	10	4	90	92	0
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias	597	0	0	62	74	1
PJ junto a 3ª Vara Criminal de Duque de Caxias	596	0	2	41	57	29
1ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias	114	0	1	6	20	0
2ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias	129	5	0	4	4	0
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	832	1	1	39	107	8
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	341	2	2	64	38	0
1ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	103	0	1	3	4	2
2ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	135	0	2	2	9	0
PJ junto a 7ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	379	0	0	73	86	3
1ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de São João de Meriti	257	2	4	24	47	7
2ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de São João de Meriti	268	0	1	24	59	2
PJ junto a 2ª Vara Criminal de São João de Meriti	652	1	2	71	67	2
1ª PJ junto as Varas Criminais de Belford Roxo	253	5	3	28	51	5
2ª PJ junto as Varas Criminais de Belford Roxo	621	6	2	72	55	3
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Nilópolis	513	0	3	70	62	16
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Petrópolis	1329	13	7	91	123	0
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Petrópolis	519	0	3	45	39	5
1ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	344	15	2	63	37	2
2ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	299	21	0	66	39	4
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	655	34	2	34	49	0
PJ junto a 3ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	998	144	0	66	97	0

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Resultados das Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais – Comarca do Rio de Janeiro

A taxa de procedência pode ser analisada por promotoria e destrinchada nos outros diversos resultados. Nesse caso, foram analisadas as **denúncias oferecidas em autos de prisão em flagrantes** pelas Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais da Comarca do Rio de Janeiro. As cores apresentadas nas taxas têm por objetivo facilitar a compreensão dos valores que estão **abaixo da média** ou **acima da média**, com base nos dados do período analisado.

Órgão	Denúncias oferecidas em 2018	Até o dia 30/04/2021					
		Julgadas procedentes	Julgadas improcedentes	Extinção do processo	Suspensão do processo (Art. 366 CPP)	Aguardando sentença	Sem informação
PJ junto a 5ª Vara Criminal da Capital	205	77,6%	6,2%	8,7%	7,5%	19,9%	2,0%
PJ junto a 11ª Vara Criminal da Capital	207	61,3%	6,3%	16,8%	15,7%	5,4%	2,4%
PJ junto a 14ª Vara Criminal da Capital	213	65,9%	11,2%	13,7%	9,3%	1,4%	2,3%
PJ junto a 16ª Vara Criminal da Capital	202	70,3%	6,0%	12,1%	11,5%	7,6%	2,5%
PJ junto a 17ª Vara Criminal da Capital	198	83,1%	1,2%	8,1%	7,6%	9,5%	4,0%
PJ junto a 19ª Vara Criminal da Capital	214	77,7%	5,1%	14,3%	2,9%	16,7%	1,9%
PJ junto a 20ª Vara Criminal da Capital	218	73,8%	5,5%	8,5%	12,2%	22,6%	2,8%
PJ junto a 21ª Vara Criminal da Capital	179	57,6%	17,4%	11,8%	13,2%	15,3%	5,0%
PJ junto a 23ª Vara Criminal da Capital	210	75,1%	5,2%	6,7%	13,0%	5,9%	2,4%
PJ junto a 26ª Vara Criminal da Capital	205	73,2%	8,7%	13,4%	4,7%	25,9%	2,0%
PJ junto a 27ª Vara Criminal da Capital	208	78,1%	5,9%	7,0%	9,1%	8,8%	1,4%
PJ junto a 28ª Vara Criminal da Capital	185	80,0%	9,0%	9,7%	1,4%	19,4%	2,7%
PJ junto a 29ª Vara Criminal da Capital	197	77,1%	4,6%	5,1%	13,1%	9,3%	2,0%
PJ junto a 31ª Vara Criminal da Capital	178	60,4%	22,8%	12,8%	4,0%	13,9%	2,8%
PJ junto a 32ª Vara Criminal da Capital	215	82,4%	7,4%	10,2%	0,0%	47,6%	4,2%
PJ junto a 33ª Vara Criminal da Capital	204	74,3%	10,9%	7,4%	7,4%	10,3%	4,4%
PJ junto a 34ª Vara Criminal da Capital	224	75,7%	7,6%	9,2%	7,6%	17,0%	0,4%
PJ junto a 35ª Vara Criminal da Capital	211	70,6%	7,1%	12,9%	9,4%	15,4%	4,7%
PJ junto a 36ª Vara Criminal da Capital	190	75,8%	7,2%	3,3%	13,7%	15,0%	5,3%
PJ junto a 37ª Vara Criminal da Capital	181	61,4%	15,9%	16,7%	6,1%	24,6%	3,3%
PJ junto a 38ª Vara Criminal da Capital	206	76,7%	7,8%	6,7%	8,9%	10,4%	2,4%
PJ junto a 39ª Vara Criminal da Capital	197	78,1%	3,8%	11,9%	6,2%	17,9%	1,0%
PJ junto a 40ª Vara Criminal da Capital	197	64,9%	13,0%	12,4%	9,7%	4,6%	1,5%
PJ junto a 41ª Vara Criminal da Capital	199	79,7%	7,8%	11,8%	0,7%	20,3%	3,5%
PJ junto a 42ª Vara Criminal da Capital	202	70,3%	10,8%	9,2%	9,7%	5,6%	3,0%
PJ junto a 43ª Vara Criminal da Capital	195	72,0%	14,0%	5,7%	8,3%	18,2%	1,5%
1ª PJ junto a 1ª e a 2ª Varas Criminais de Bangu	245	78,8%	3,1%	14,5%	3,6%	16,5%	5,7%
2ª PJ junto a 1ª e a 2ª Varas Criminais de Bangu	258	71,8%	20,5%	4,6%	3,1%	18,1%	7,8%
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Jacarepagua	232	59,9%	19,3%	20,8%	0,0%	15,0%	2,6%
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Jacarepagua	216	73,7%	13,5%	12,3%	0,6%	19,0%	2,3%
1ª PJ Criminal de Santa Cruz	67	52,5%	3,4%	42,4%	1,7%	1,7%	10,4%
2ª PJ Criminal de Santa Cruz	145	49,0%	12,2%	31,6%	7,1%	19,0%	16,6%
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Madureira	184	63,9%	16,7%	16,0%	3,5%	20,9%	1,1%
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Madureira	199	65,5%	10,8%	17,6%	6,1%	23,7%	2,5%

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base no cruzamento de informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021, com a consulta processual no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Resultados das Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais – Outras comarcas

A taxa de procedência pode ser analisada por promotoria e destrinchada nos outros diversos resultados. Nesse caso, foram analisadas as **denúncias oferecidas em autos de prisão em flagrantes** pelas Promotorias de Justiça Junto às Varas Criminais das comarcas fora da capital. As cores apresentadas nas taxas têm por objetivo facilitar a compreensão dos valores que estão **abaixo da média** ou **acima da média**, com base nos dados do período analisado.

Órgão	Denúncias oferecidas em 2018	Até o dia 30/04/2021					
		Julgadas procedentes	Julgadas improcedentes	Extinção do processo	Suspensão do processo (Art. 366 CPP)	Aguardando sentença	Sem informação
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Niterói	251	77,2%	8,3%	9,2%	5,3%	6,6%	2,8%
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Niterói	245	72,3%	7,3%	16,8%	3,7%	19,7%	2,9%
PJ junto a 3ª Vara Criminal de Niterói	13	88,9%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	30,8%
PJ junto a 4ª Vara Criminal de Niterói	243	74,6%	8,8%	7,3%	9,3%	12,8%	3,3%
PJ junto a 1ª Vara Criminal de São Gonçalo	273	71,8%	15,3%	9,0%	3,9%	3,8%	2,9%
PJ junto a 2ª Vara Criminal de São Gonçalo	278	58,1%	22,8%	13,5%	5,6%	18,9%	4,7%
PJ junto a 3ª Vara Criminal de São Gonçalo	279	76,5%	11,7%	7,4%	4,3%	13,2%	5,0%
1ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo	3	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
2ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo	10	50,0%	37,5%	12,5%	0,0%	11,1%	10,0%
PJ junto a 5ª Vara Criminal de São Gonçalo	269	70,8%	18,3%	3,8%	7,1%	8,7%	2,2%
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Duque de Caxias	327	83,1%	5,3%	9,9%	1,6%	22,1%	4,6%
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Duque de Caxias	313	86,5%	3,3%	8,7%	1,5%	9,5%	2,9%
PJ junto a 3ª Vara Criminal de Duque de Caxias	305	87,4%	0,8%	10,9%	0,8%	19,0%	3,6%
1ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias	4	33,3%	66,7%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%
2ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Duque de Caxias	4	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	396	77,0%	13,1%	9,3%	0,7%	23,8%	3,5%
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	386	72,2%	21,1%	6,7%	0,0%	24,3%	2,8%
1ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	12	72,7%	9,1%	18,2%	0,0%	8,3%	0,0%
2ª PJ junto a 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	8	80,0%	0,0%	20,0%	0,0%	37,5%	0,0%
PJ junto a 7ª Vara Criminal de Nova Iguaçu	297	68,5%	16,0%	14,6%	0,9%	23,1%	6,7%
1ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de São João de Meriti	107	83,1%	10,8%	6,0%	0,0%	21,0%	1,9%
2ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de São João de Meriti	143	82,0%	11,7%	6,3%	0,0%	19,6%	3,5%
PJ junto a 2ª Vara Criminal de São João de Meriti	300	86,7%	6,0%	5,2%	2,0%	16,2%	1,0%
1ª PJ junto as Varas Criminais de Belford Roxo	193	85,5%	2,6%	12,0%	0,0%	35,4%	6,2%
2ª PJ junto as Varas Criminais de Belford Roxo	203	77,8%	5,6%	14,8%	1,9%	16,9%	3,9%
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Nilópolis	129	66,4%	16,4%	12,9%	4,3%	8,7%	1,6%
PJ junto a 1ª Vara Criminal de Petrópolis	268	84,1%	5,8%	9,6%	0,5%	19,1%	4,1%
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Petrópolis	242	71,8%	7,5%	17,8%	2,9%	22,7%	7,0%
1ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	161	80,0%	0,0%	20,0%	0,0%	21,1%	88,2%
2ª PJ junto a 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	158	45,5%	27,3%	27,3%	0,0%	8,3%	92,4%
PJ junto a 2ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	327	42,9%	28,6%	28,6%	0,0%	58,8%	94,8%
PJ junto a 3ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes	310	25,0%	50,0%	25,0%	0,0%	42,9%	97,7%

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base no cruzamento de informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021, com a consulta processual no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

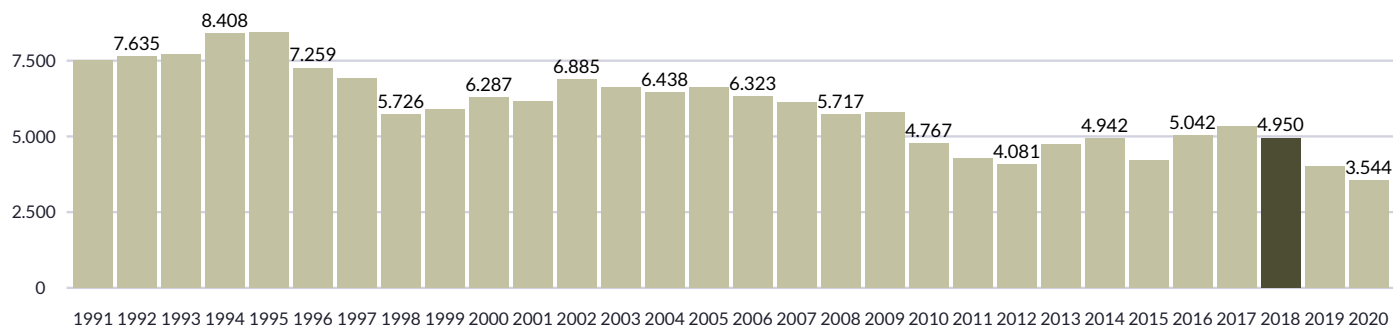
SEÇÃO:
VISÃO ESPECÍFICA
ANÁLISE DOS CASOS DE HOMICÍDIO DOLOSO



Homicídio doloso – O problema a ser enfrentado

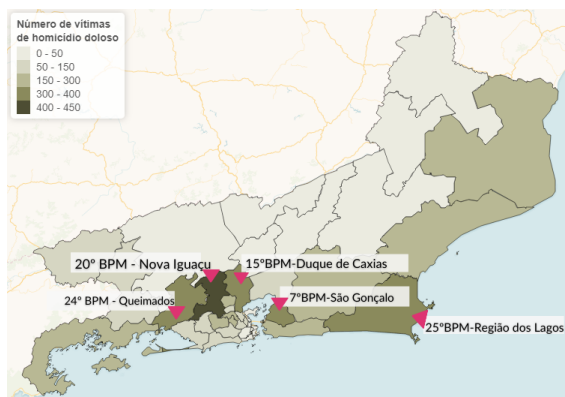
Conforme mencionado na dinâmica criminal, o **diagnóstico individual pelo tipo penal** permite o aprofundamento em determinado assunto e auxilia o MPRJ a desenvolver estratégias para combater a criminalidade em suas particularidades. Para o primeiro estudo, foi selecionado o **homicídio doloso**, visto que a vida é um dos principais bens jurídicos tutelados pelo Estado. Foi definido o ano de 2018 para a análise, com base em estudos já apresentados que apontam para importância dos dois primeiros anos no processo investigativo. Essa seção objetiva explorar a frequência desse delito no estado do Rio de Janeiro e a atuação ministerial nessa conjuntura, apresentando dados como **ocorrências, quantitativo de denúncias, taxas de finalização e procedência**.

Série histórica do número de vítimas de homicídio doloso no estado por ano



Os mapas que se seguem apresentam a distribuição territorial das vítimas de homicídio doloso no ano de 2018, no estado e na capital. As delimitações territoriais correspondem às Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs). As cores mais escuras representam as áreas com maior incidências de vítimas de homicídio.

Mapa: Vítimas de homicídio doloso - 2018 - estado

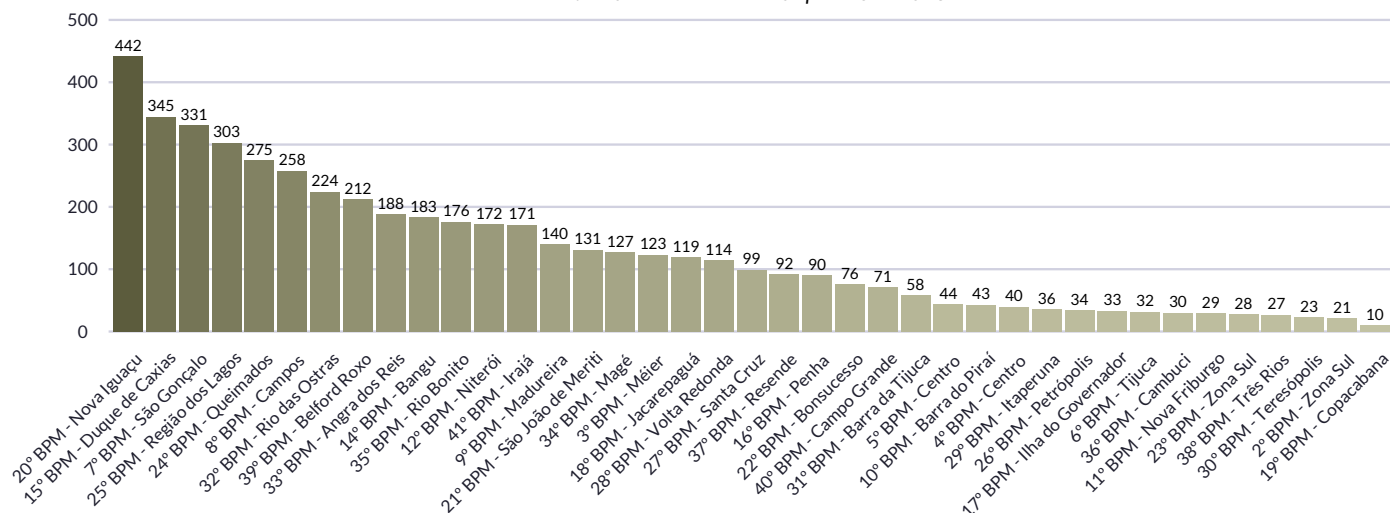


Mapa: Vítimas de homicídio doloso - 2018 - capital



O gráfico abaixo complementa a análise territorial e apresenta o número de vítimas de homicídio doloso nas 39 AISPs do estado. A ordenação se dá a partir da incidência de vítimas em cada região, e as cores mais escuras destacam as áreas com números mais alarmantes.

Vítimas de homicídio doloso por AISP - 2018



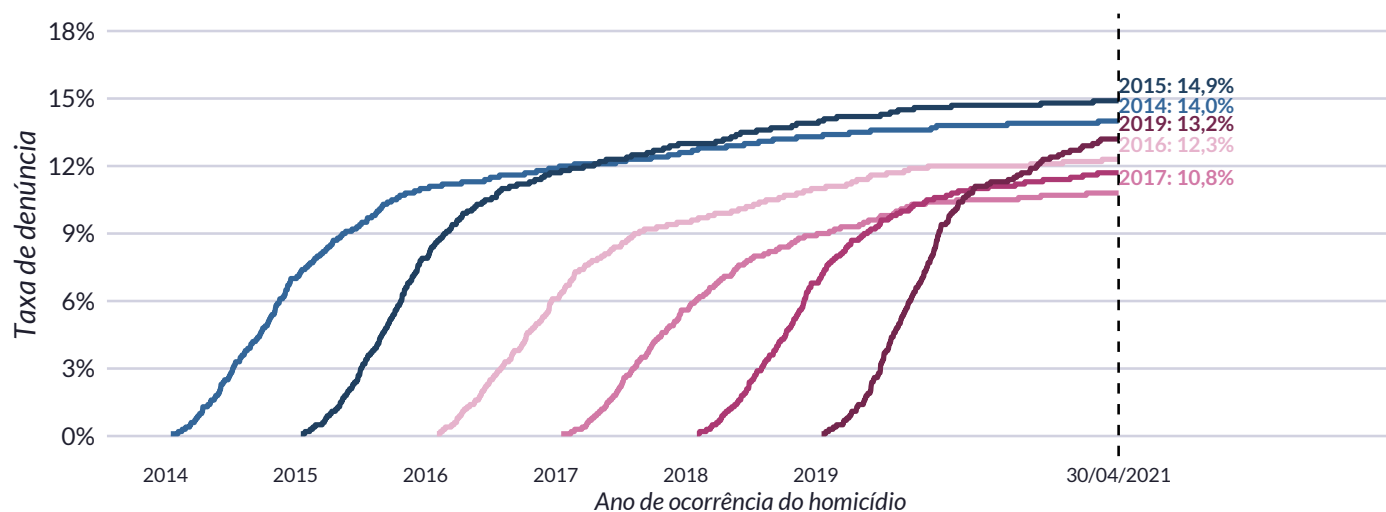
Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base em informações do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ).

Homicídio doloso – Atuação ministerial

Uma vez apresentado o problema a ser enfrentado, mostra-se importante focar a análise nas respostas que o Ministério Público apresentou até então. Para tanto, fez-se uso dos indicadores de resultado, cuja metodologia de cálculo pode ser consultada [aqui](#). Esses indicadores permitem acompanhar os andamentos dos casos de homicídio doloso até os dias atuais. A tabela abaixo oferece um descritivo do cenário analisado, desde o quantitativo de ocorrência, até as principais taxas de finalização para os casos de homicídio doloso.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ocorrências de homicídio doloso (A)	4.610	3.903	4.640	4.923	4.553	3.671
Com informação (B)	4.327	3.723	4.290	4.644	4.230	3.324
Sem informação (C)	283	180	350	279	323	347
Denunciados (D)	645	580	572	530	534	485
Arquivados (E)	1.658	1.186	1.269	751	165	97
Finalizados (D + E)	2.303	1.766	1.841	1.281	699	582
% Com informação (B/A)	93,9%	95,4%	92,5%	94,3%	92,9%	90,5%
% Sem informação (C/A)	6,1%	4,6%	7,5%	5,7%	7,1%	9,5%
Indicadores de resultado:						
Taxa de denúncia (D/A)	14,0%	14,9%	12,3%	10,8%	11,7%	13,2%
Taxa de arquivamento (E/A)	36,0%	30,4%	27,3%	15,3%	3,6%	2,6%
Taxa de finalização (D + E)/A	50,0%	45,3%	39,6%	26,1%	15,3%	15,8%

Para os casos de homicídio doloso, a taxa de denúncia também pode ser avaliada pela sua evolução temporal. As linhas coloridas indicam a evolução da taxa de denúncia por ano de entrada e o eixo horizontal marca o tempo decorrido, desde a entrada até a data de análise deste relatório. Quanto mais íngreme a curva, maior a velocidade da evolução da taxa no período marcado no eixo horizontal. A estabilização da curva, por sua vez, indica que a taxa pouco se alterou no intervalo de tempo marcado.



Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base no cruzamento de informações do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ) com informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Homicídio doloso – Atuação ministerial

Como apresentado, a escolha por um ano de análise permite entender com mais detalhes a atuação ministerial e os principais resultados obtidos dentro do fluxo de justiça criminal. Esta página foca o olhar nos eventos de homicídio doloso ocorridos em 2018 e apresenta os principais indicadores de resultado que possibilitam acompanhar o andamento desses casos até os dias atuais.



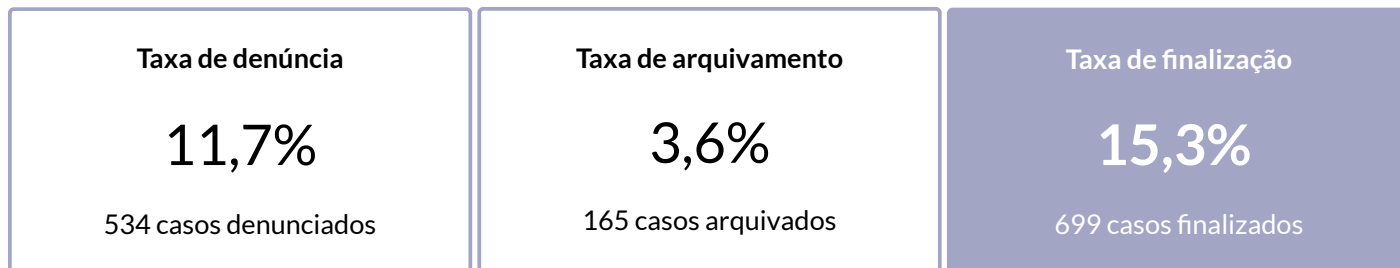
Em 2018,
4.950

pessoas foram vítimas de homicídio doloso em todo o estado do Rio de Janeiro.

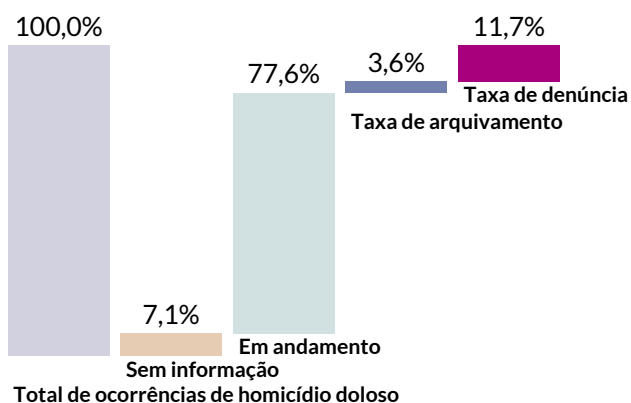
Totalizando
4.553

registros de ocorrência, uma vez que a mesma ocorrência pode ter mais de uma vítima.

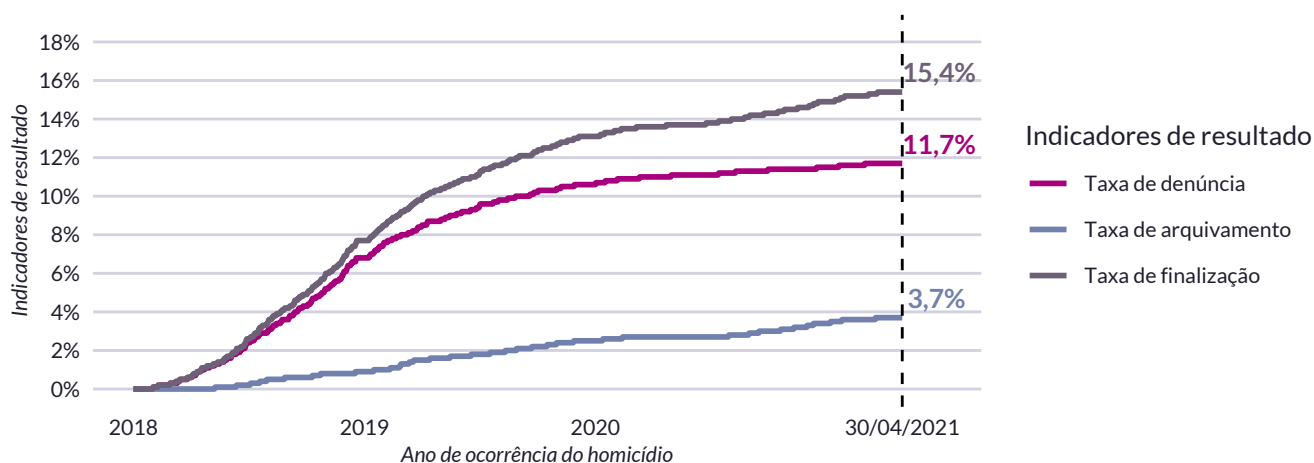
Considerando as 4.553 ocorrências de homicídio doloso de 2018:



O gráfico à direita apresenta os efeitos da atuação judicial do MPRJ em face das ocorrências de homicídio doloso registradas no ano analisado. Ressalta-se que, quando somadas, as taxas de denúncia e de arquivamento compõem a taxa de finalização.



O gráfico abaixo apresenta a evolução das taxas de finalização (denúncia e arquivamento) dos casos de homicídio doloso registrados em 2018. O eixo horizontal indica o tempo decorrido desde o ano do fato até a data de análise, enquanto o eixo vertical indica a porcentagem de inquéritos que foram finalizados. As linhas representam a trajetória das taxas, considerando dois tipos de finalização: denúncias e arquivamentos.

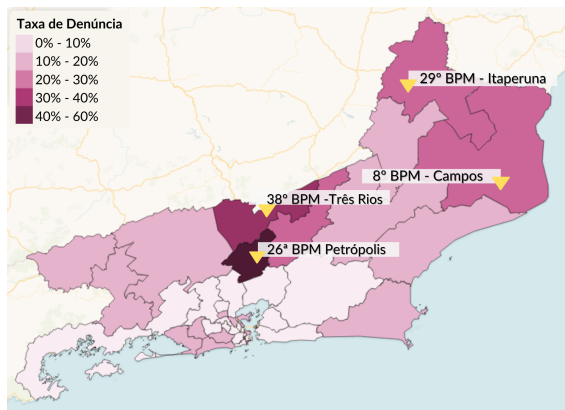


Homicídio doloso – Atuação ministerial e distribuição no território

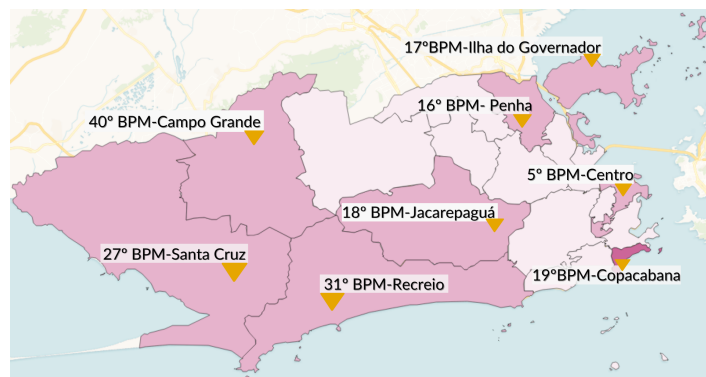
Como complemento analítico, é possível realizar uma análise territorial para explorar a relação entre as ocorrências de homicídio doloso e a resposta da atuação ministerial por meio da taxa de denúncia.

Os mapas seguintes exibem a **taxa de denúncia por Área Integrada de Segurança Pública (AISP)** para o estado e para a capital fluminense. Quanto mais escura a cor da região, maior é a taxa de denúncia.

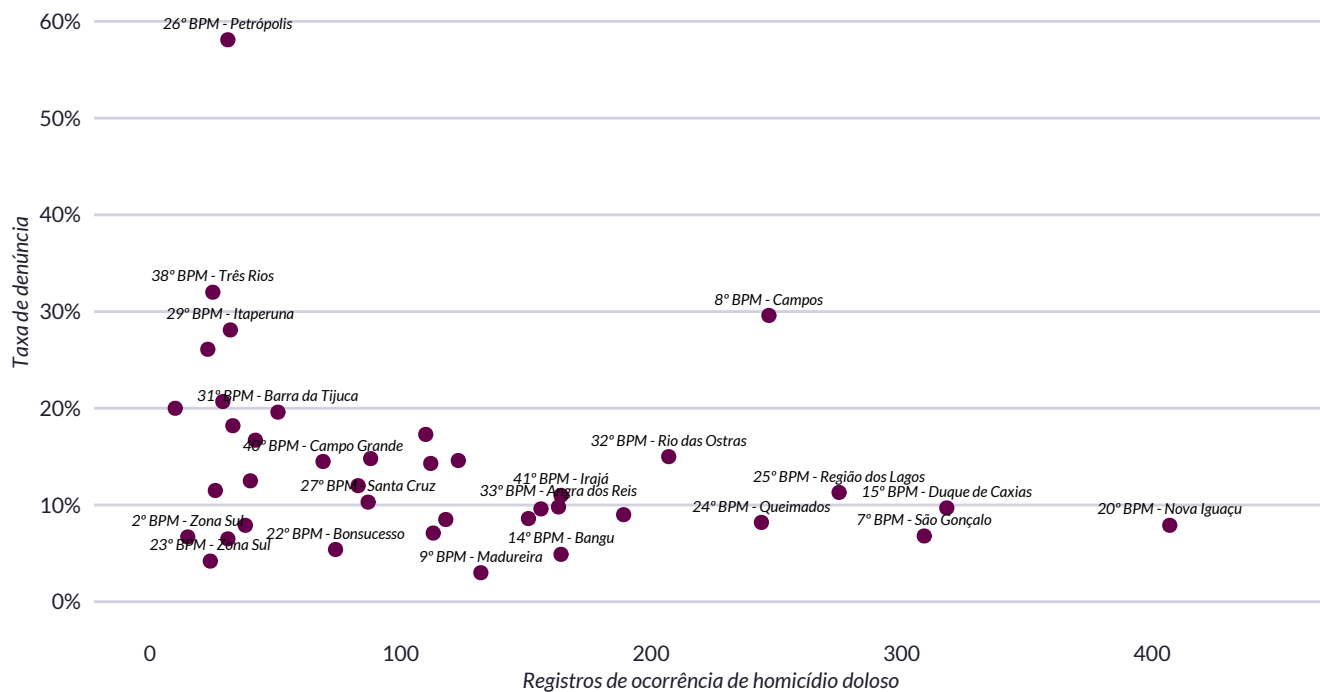
Mapa: Taxa de denúncia de homicídio doloso - 2018 - estado



Mapa: Taxa de denúncia de homicídio doloso - 2018 - capital



Cabe ainda expandir a análise por meio do gráfico abaixo, que estabelece a **relação entre a taxa de denúncia e os registros de ocorrência de homicídios dolosos na unidade territorial de determinado Batalhão de Polícia Militar (BPM)**. Cada ponto representa um BPM, responsável pela região descrita. O eixo horizontal retrata o número de registros de ocorrência lavrados na região; enquanto o eixo vertical, a taxa de denúncia naquela área.



Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base no cruzamento de informações do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ) com informações do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021.

Homicídio doloso – Resultados na Justiça

Também é possível oferecer uma análise pormenorizada acerca das denúncias oferecidas ao Poder Judiciário e os principais resultados obtidos até a data de análise. A tabela abaixo apresenta um descritivo dos processos analisados, informando quais foram os principais resultados obtidos por etapa de processamento. Vale ressaltar que os casos de homicídio doloso têm um fluxo de processamento mais extenso, devido à peculiaridade de seguirem até a fase do júri.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ocorrências de homicídio doloso	4610	3903	4640	4923	4553	3671
Oferecimentos de denúncias	645	580	572	530	534	485
Do total de denúncias:						
Com informação	353	332	319	325	338	300
Sem informação	292	248	253	205	196	185
Das denúncias com informação:						
Com sentença de pronúncia	317	288	244	230	202	113
Aguardando sentença de pronúncia	36	44	75	95	136	187
Das denúncias com sentença de pronúncia:						
Julgadas procedentes	216	215	193	172	145	62
Julgadas improcedentes	55	32	26	25	23	7
Extinção do processo	29	24	13	26	27	37
Suspensão do processo (Art. 366 CPP)	17	17	12	7	7	7
Das denúncias julgadas procedentes:						
Com sentença do júri	156	147	131	88	47	15
Aguardando sentença do júri	60	68	62	84	98	47
Das denúncias com sentença do júri:						
Condenação	77	84	71	42	32	7
Procedência parcial	26	26	14	24	5	2
Absolvição	53	37	46	22	10	6
Do total de denúncias:						
% Com informação	54,7%	57,2%	55,8%	61,3%	63,3%	61,9%
% Sem informação	45,3%	42,8%	44,2%	38,7%	36,7%	38,1%
Das denúncias com informação:						
% Com sentença de pronúncia	89,8%	86,7%	76,5%	70,8%	59,8%	37,7%
% Aguardando sentença de pronúncia	10,2%	13,3%	23,5%	29,2%	40,2%	62,3%
Das denúncias com sentença de pronúncia:						
Taxa de procedência	68,1%	74,7%	79,1%	74,8%	71,8%	54,9%
Taxa de improcedência	17,4%	11,1%	10,7%	10,9%	11,4%	6,2%
Taxa de extinção do processo	9,1%	8,3%	5,3%	11,3%	13,4%	32,7%
Taxa de suspensão do processo	5,4%	5,9%	4,9%	3,0%	3,5%	6,2%
Das denúncias julgadas procedentes:						
% Com sentença do júri	72,2%	68,4%	67,9%	51,2%	32,4%	24,2%
% Aguardando sentença do júri	27,8%	31,6%	32,1%	48,8%	67,6%	75,8%
Das denúncias com sentença do júri:						
Taxa de condenação	49,4%	57,1%	54,2%	47,7%	68,1%	46,7%
Taxa de procedência parcial	16,7%	17,7%	10,7%	27,3%	10,6%	13,3%
Taxa de absolvição	34,0%	25,2%	35,1%	25,0%	21,3%	40,0%

Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base no cruzamento de informações do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021, e da consulta processual no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

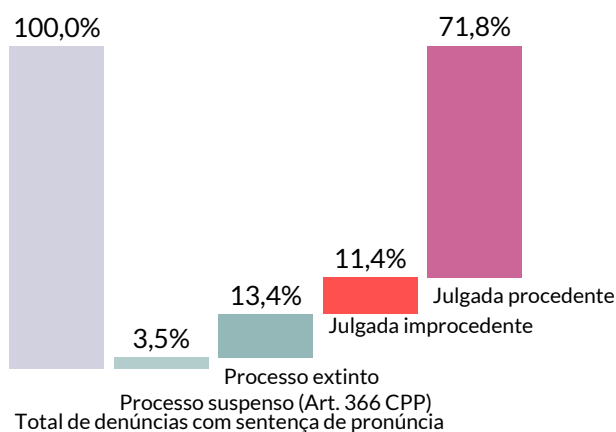
Homicídio doloso – Resultados na Justiça

As denúncias oferecidas representam a parcela dos casos de homicídio doloso que foi formalizada perante o Poder Judiciário. Dessa forma, a análise a seguir resume a tabela já apresentada e destaca os principais resultados na Justiça das denúncias referentes aos casos de homicídio doloso registrados em 2018.

534
denúncias foram oferecidas pelo MPRJ,
considerando as ocorrências de
homicídio doloso em 2018

Taxa de procedência
71,8%
145 denúncias julgadas procedentes

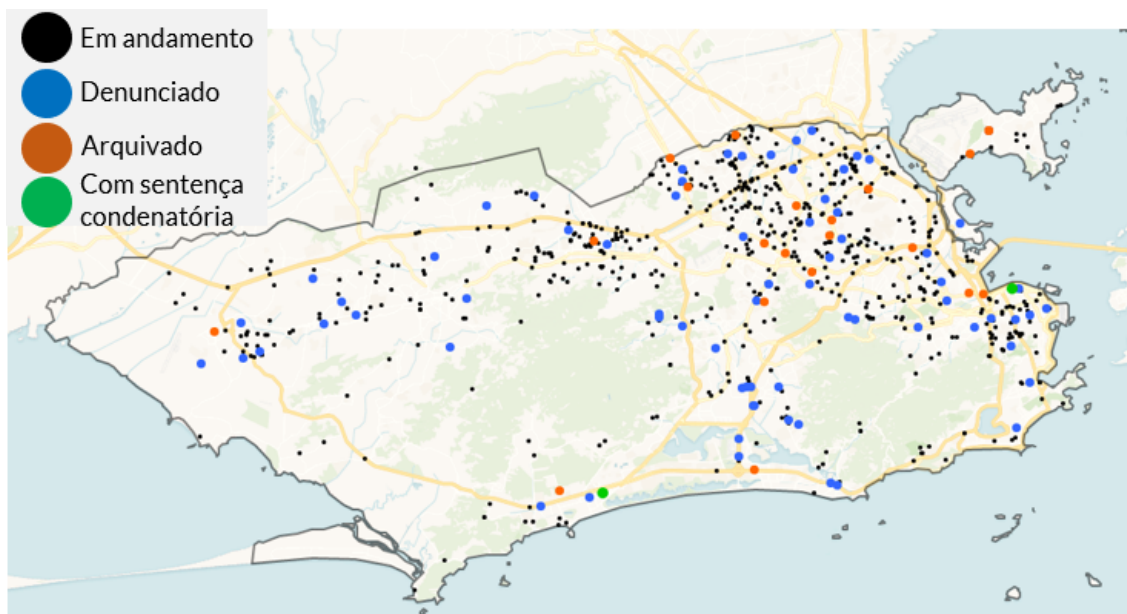
Foi analisado o status atual de **202** denúncias cujas sentenças de pronúncia já foram proferidas, das quais **145 foram julgadas procedentes**, até 30/04/2021. O gráfico abaixo detalha o resultado das sentenças dos casos de homicídios dolosos que ocorreram em 2018.



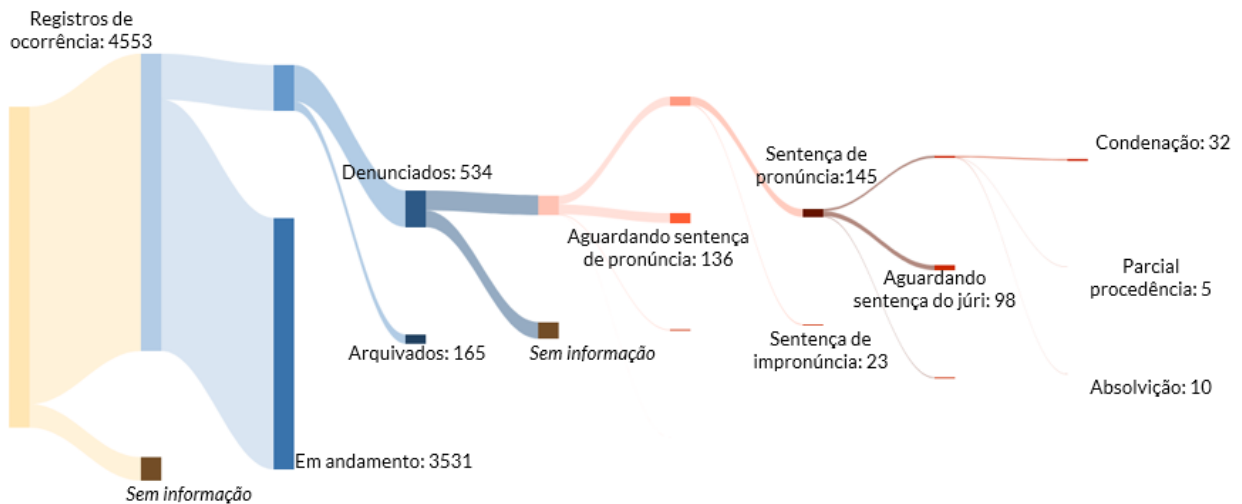
Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base no cruzamento de informações do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021, e da consulta processual no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

Homicídio doloso – Da rua ao Tribunal

Por fim, esta página visa fornecer uma visão geral da evolução do processamento dos casos de homicídio doloso ao longo de todo o Fluxo de Justiça Criminal, desde a ocorrência “na rua” até os resultados obtidos em primeira instância no Tribunal de Justiça. No mapa abaixo, cada ponto representa uma ocorrência de homicídio doloso e as cores indicam o status do caso até a data de elaboração do presente relatório.



De maneira similar, o diagrama abaixo oferece um panorama geral do processamento dos casos em números absolutos, com base nas etapas de tramitação do Fluxo de Justiça em que se encontram os registros de ocorrência dos homicídios dolosos de 2018. Através do diagrama, é possível compreender os caminhos processuais envolvidos e entender o quantitativo de casos que perfizeram o percurso que vai desde a rua até o tribunal.



Fonte: Elaborado pelo CENPE/MPRJ com base no cruzamento de informações do Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), do sistema MGP/MPRJ, acessado em 03/05/2021, e da consulta processual no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

ANEXOS

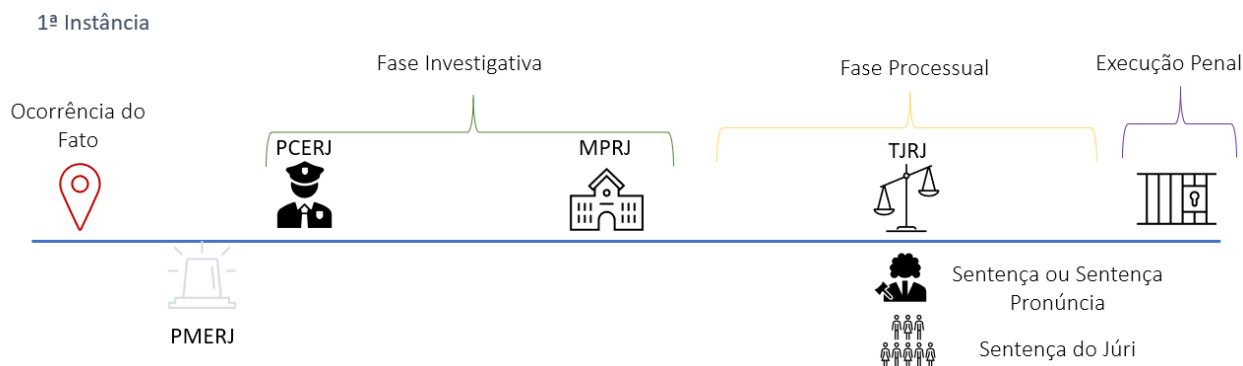


O MPRJ NO FLUXO DE JUSTIÇA CRIMINAL

1. O Sistema de Justiça Criminal

O Sistema de Justiça Criminal brasileiro é organizado nas frentes de Segurança Pública, Justiça Criminal e Execução Penal, e abrange órgãos do Poder Executivo e do Judiciário. As instituições que compõem o Sistema são de responsabilidade majoritariamente estadual, não havendo no país um Sistema nacionalmente unificado. Na esfera estadual, as instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal agem a partir de atribuições interdependentes e encadeadas, sem relações hierárquicas entre elas. Nesse contexto, os órgãos atuam e processam seus dados de forma própria. Ainda não há uma integração que auxilie o acompanhamento da trajetória dos casos ao longo de todo o seu percurso no Fluxo de Justiça.

2. O Fluxo de Justiça Criminal no estado do Rio de Janeiro



No estado fluminense, a primeira notificação da ocorrência de ilícitos penais costuma acontecer via Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), devido à sua função de realizar o policiamento ostensivo nas ruas e por receber relatos da população por meio de seus canais telefônicos. Ao ser notificada, a instituição deve adotar as providências cabíveis e encaminhar o caso para a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), que tem a responsabilidade de lavrar o registro de ocorrência (RO). A Polícia Civil também possui atribuições para apurar as evidências e produzir diligências relativas ao crime, como, por exemplo, identificar indícios de autoria e de materialidade. A partir das apurações da PCERJ, é gerado o Inquérito Policial (IP), um procedimento preparatório da ação penal de cunho administrativo cuja finalidade é fornecer elementos suficientes para que o Ministério Público, titular da ação penal pública, possa promovê-la em juízo.

Em geral, é através do Inquérito Policial que se inicia a fase investigativa do Fluxo de Justiça, entretanto, em situações específicas, como em casos de prisão em flagrante, essa etapa pode ser iniciada a partir do Auto de Prisão em Flagrante (APF). Além disso, há também situações nas quais outras autoridades podem dar início ao processo investigativo, como as investigações pelas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPI) ou aquelas realizadas pelo próprio Ministério Público, em casos excepcionais, por exemplo, para a verificação de excessos cometidos pelos próprios organismos policiais, dentre outras previsões legais.

No que diz respeito ao fluxo do Inquérito Policial (IP), o documento deve ser remetido ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Dentro do MPRJ, o inquérito possui três formas de finalização: denúncia, arquivamento e, a contar de 2020, os acordos de não persecução penal. Dentre elas, destaca-se a denúncia, que é o documento formal para iniciar o procedimento no Poder Judiciário. Em outras palavras, ela é a petição inicial que contém a acusação formulada pelo Ministério Público contra o agente que supostamente praticou um delito, e deve expor o fato criminoso em todas suas circunstâncias, com a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol de testemunhas, quando necessário. Essa peça pode, ainda, ser rejeitada pelo juízo competente caso entenda não haver indícios suficientes para uma acusação processual.

Assim, uma vez recebido o inquérito, o MPRJ pode formalizar a acusação perante o Poder Judiciário, ou remeter o inquérito de volta à PCERJ, a fim de buscar novas informações e produzir mais diligências, retornando ao Ministério Público ao final da atuação da Polícia Civil. Esse ciclo pode ser repetido mais de uma vez. O inquérito poderá ser arquivado caso o MPRJ entenda não ser possível produzir diligências suficientes para preenchimento dos requisitos da denúncia. Vale ressaltar que existem, ainda, outras formas de arquivamento além da insuficiência de indícios. A conclusão do Inquérito Policial (IP) no Ministério Público finaliza a chamada fase investigativa do Fluxo do Sistema de Justiça Criminal.

Uma vez recebida a denúncia pelo Poder Judiciário, tem-se início a fase processual, que pode variar dependendo da imputação no caso concreto. Nos casos de crimes dolosos contra a vida, por exemplo, a tramitação é pelo Tribunal do Júri. Em outros, é o próprio magistrado que avalia e julga os fatos narrados pelas partes. Insta mencionar ainda que é assegurado ao acusado a ampla defesa para contestar as alegações feitas pelo MP.

Ao final do trâmite processual é proferida uma sentença. Essa é uma decisão que acolhe ou rejeita o pedido formulado pela acusação. É importante frisar que o fluxo exposto diz respeito à tramitação processual até a sentença de primeira instância. Portanto, se condenatória a sentença, a prisão do réu não ocorrerá obrigatoriamente, mas pode ser um dos efeitos caso o juízo entenda não ser possível manter o acusado em liberdade. Após a sentença, tem início a fase de execução, na qual o Estado faz valer sua pretensão punitiva por meio da efetiva punição do agente mediante a concretização da sanção imposta.

3. O papel do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

A partir do exposto, esta etapa pretende explicar o papel exercido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) em cada uma das fases do Sistema de Justiça Criminal (Investigativa, Processual e Executória).

Ademais, é importante compreender ainda que a atuação do MPRJ na persecução penal, de maneira geral, deve ir além das fases a seguir descritas. Espera-se que o Ministério Público atue frente a todos os aspectos relativos ao crime, inclusive na elaboração e monitoramento de políticas públicas voltadas à segurança pública, sobretudo aquelas com finalidade preventiva, bem como através da participação ativa nas fases investigativas. É no decurso dessa atuação holística que o Ministério Público se consagra como fundamental na repressão criminal e no combate à criminalidade.

3.1 No Processo Investigativo

Conforme mencionado anteriormente, o processo de investigação pode se dar a partir de uma série de autoridades, sendo mais comum que recaia essa responsabilidade sobre a autoridade policial. Materializada através do Inquérito Policial (IP), a fase investigativa busca servir de base à compor a convicção do membro do Ministério Público sobre a ocorrência de um crime (materialidade) e sobre a pessoa que o cometeu (autoria), no entanto, via de regra, essa fase restringe-se à busca por indícios. As exceções, ou seja, as provas que podem ser produzidas durante a fase investigatória são aquelas nas quais a demora para produção pode acarretar a perda do objeto (provas cautelares, não repetíveis e antecipadas), como por exemplo, o exame de corpo de delito. A função ministerial mais recorrente nessa fase está relacionada com o processo de convencimento do membro do Ministério Público. O Promotor de Justiça deve estar seguro da existência de indícios suficientes de autoria e de materialidade para poder ajuizar uma ação penal pública, por meio do oferecimento da denúncia.

Há ainda outra forma de atuação que o Ministério Público pode desempenhar durante essa fase: o papel de investigador, e não mais aquele que solicita investigação à autoridade policial. O tema é controverso e não é comum ver o MP atuando como órgão investigativo independente, entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça (STF) já reconheceu como legítimo o poder investigativo do Ministério Público, desde que não seja exercido de maneira irrestrita e sem controles. A atuação do *Parquet* deve ser subsidiária, ocorrendo em hipóteses específicas, por exemplo, nos casos de lesão ao patrimônio público ou nos excessos cometidos pelos próprios agentes policiais.

3.2. No Processo Judicial

Nos termos da Constituição Federal vigente, o Ministério Público é o único órgão estatal legitimado para promover a ação penal pública. Isso significa que é conferida à instituição a capacidade de atuar perante o Poder Judiciário, em nome do Estado, como titular do direito material (pretensão punitiva e executória) e de ação. Para tanto, cabe somente ao MP exercer o ajuizamento da ação através do oferecimento da denúncia. Assim, compete à instituição requerer a produção de provas, oferecer as alegações, e interpor os recursos, dentre outras atividades processuais. Apenas por meio da atuação judicial do MP é possível que sanções previstas em lei sejam aplicadas àqueles que cometem atos ilícitos. Desse modo, o Ministério Público exerce o papel de parte autora nos processos judiciais, devendo acusar a pessoa que supostamente cometeu o delito, e provar em juízo o alegado, para que seja o agente penalizado.

Pode, ainda, requerer as prisões preventivas e temporárias, mas tais atos, diferentes do ajuizamento da ação penal pública, não são privativos do MP. Em vistas a garantir a eficiência da instituição, o membro que atua diretamente na fase processual pode e deve ser subsidiado por diversos personagens. É o caso do encaminhamento de Inquéritos Policiais (IP) bem estruturados pela autoridade policial, ou informações oferecidas pela vítima, ou qualquer cidadão (art. 27, CPP), ou ainda, produzidos internamente.

3.3. Na Execução Penal

A função ministerial no âmbito da Execução penal é essencialmente fiscalizatória. A Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/84, determina que o Ministério Público deve fiscalizar a execução da pena e das medidas de segurança, pronunciando-se em todos os requerimentos formulados.

Além disso, a mesma normativa, em seu art. 68, dispõe um rol não exaustivo de deveres do Ministério Público nessa seara. Dentre eles, vale mencionar a incumbência de requerer a revogação de medidas de segurança, quando constatado que o indivíduo pode novamente conviver em liberdade; a conversão de penas; a progressão ou regressão nos regimes, de acordo com a situação do preso; e a internação (ou desinternação de) em hospitais, quando houver a cessação do risco que o agente em questão representava.. Ademais, é determinado que o MP visite mensalmente os estabelecimentos penais. Dessa maneira, é viável concluir que o papel do Ministério Público na Execução Penal possui caráter controlador e fiscalizatório, essencial para garantir que a pena imposta pelo Poder Judiciário seja cumprida respeitando as particularidades de cada caso, bem como as garantias fundamentais e a dignidade humana.

4. Atribuições das Promotorias de Justiça

Cada unidade do Ministério Público tem autonomia administrativa para regulamentar sua estrutura e administrar seu funcionamento, desde que não viole as normas constitucionais. Portanto, é o próprio MPRJ que determina a forma como cada membro irá atuar. O MPRJ definiu a atribuição das Promotorias de Justiça a partir da lógica estrutural do Poder Judiciário. Nos casos em que há atuação judicial, é comum que cada Promotoria de Justiça possua uma atribuição paralela à estrutura do Judiciário. A presente seção expõe um resumo elaborado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais (CAO Criminal/MPRJ), sobre as atribuições das Promotorias de Justiça da instituição.

Promotorias de Justiça de Investigação Penal

Têm atribuição para funcionar em inquéritos policiais e em outras peças de informação ainda não distribuídas ao Juízo Criminal, exercendo o controle externo da atividade policial, bem como requisitar diligências investigatórias e instauração de inquéritos policiais.

Promotorias de Justiça junto às Varas Criminais

Ostentam, dentre outras, atribuição para atuar nos processos que tramitam nas Varas Criminais perante as quais oficiem, bem como nos inquéritos policiais iniciados por Auto de Prisão em Flagrante.

Promotorias de Justiça junto à Auditoria de Justiça Militar

Possuem atribuição para officiar em inquéritos policiais militares, sindicâncias, averiguações, peças de informação e processos, no bojo dos quais se apuram ou imputam a prática de crimes de natureza militar.

Promotorias de Justiça que atuam perante o Tribunal do Júri

Têm atribuição para officiar nos processos que versam sobre crimes dolosos contra a vida e os delitos conexos, bem como nos inquéritos policiais que apuram os crimes precitados, desde que iniciados por Auto de Prisão em Flagrante.

Promotorias de Justiça junto aos Juizados Especiais Criminais

Apresentam atribuição circunscrita aos processos ou procedimentos que versem sobre o cometimento dos chamados delitos de menor potencial ofensivo, definidos na Lei 9.099/95.

Promotorias de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Atuam perante os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e possuem atribuição para atuar nos inquéritos policiais iniciados por Auto de Prisão em Flagrante, processos criminais e nas medidas de proteção da Lei Maria da Penha que tramitam nesses Juizados, além de fiscalizar os serviços especializados de apoio à mulher vítima, tais como os Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher e Casas-Abrigo.

Promotorias de Justiça de Execução Penal

Acompanham e fiscalizam o cumprimento das penas privativas de liberdade, das penas de multa, das penas restritivas de direitos e das medidas de segurança. Oficiam nos processos e procedimentos em curso na Vara de Execuções Penais. Desempenham importante função extrajudicial, fiscalizando mensalmente todos os estabelecimentos destinados ao cumprimento das penas privativas de liberdade (penitenciárias, institutos penais, colônias agrícolas e casas de albergado) e os estabelecimentos destinados ao cumprimento das medidas de segurança (hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico).

DICIONÁRIO DE CONCEITOS

Acordo de Não Persecução Penal

Ajuste obrigacional celebrado entre o órgão de acusação e o investigado (assistido por advogado), quando preenchidos os requisitos legais, devidamente homologado pelo juiz, no qual o investigado assume sua responsabilidade, aceitando cumprir, desde logo, condições menos severas do que a sanção penal aplicável ao fato a ele imputado.

Aditamento de denúncias

Acréscimo de informação, quando possível, a um documento (denúncia) com a finalidade de complementá-lo ou esclarecê-lo.

Aguardando sentença

Processo sob responsabilidade do Tribunal de Justiça, aguardando decisão.

Alegações finais

Argumentos apresentados pelas partes do processo depois de finda a instrução e antes do proferimento de sentença.

Arquivamento

Ato judicial realizado pelo escrivão do cartório judicial em relação aos processos findos nos casos determinados em lei.

Auto de Prisão em Flagrante (APF)

Documento lavrado pela autoridade policial após a prisão em flagrante.

Declínio de atribuição

Reconhecimento processual da falta de atribuições legais para agir, limitando a atuação em um determinado processo.

Denúncia

No direito penal, é a peça inicial dos processos criminais que envolvam crimes de ação pública, ou seja, aqueles em que a iniciativa do processo judicial é do Ministério Público.

Despacho judicial

Pronunciamento do magistrado no processo, de ofício ou a requerimento da parte.

Diligência

Providências a serem executadas no curso de um processo, procedimento ou Inquérito Policial para esclarecimento de questões relacionadas aos assuntos nele tratados. Uma diligência pode ser decidida por iniciativa do juiz (de ofício) ou atendendo requerimento do Ministério Público.

Inquérito Policial

Procedimento instaurado pela polícia judiciária destinado a coletar e a analisar indícios com vistas à elucidação da autoria de uma infração penal e suas circunstâncias.

Manifestações

Opinião da parte em atos do processo.

Procedimentos investigatórios

Procedimentos remetidos ao MP que demandam uma ação por parte da instituição, sendo eles os Inquéritos Policiais (IP), Termos circunstanciados (TC) e os Autos de Prisão em Flagrante (APF).

Procedimento Investigatório Criminal (PIC)

Procedimento instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, com a finalidade de apurar a ocorrência de infrações penais de natureza pública.

Processo extinto

Processo finalizado pelo juízo com ou sem resolução do mérito (fatos).

Processo suspenso (art. 366 CPP)

Suspensão do processo e do prazo prescricional em razão do não comparecimento espontâneo do réu, nem constituição de advogado ou defensor, após a citação por edital.

Recursos

Instrumento para requerer o reexame de uma decisão, na mesma instância ou em instância superior.

Registros de ocorrência (RO)

Documento lavrado pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) ao ser notificada da ocorrência de um delito.

Sentença

Decisão do juiz que põe fim a uma fase do processo.

Sentença julgada improcedente

Sentença que não acata os pedidos formulados na petição inicial.

Sentença julgada procedente

Sentença que acata os pedidos formulados na petição inicial.



LISTA DE ELEMENTOS VISUAIS

Diagrama 1 – Panorama geral do processamento dos casos de homicídio doloso em números absolutos

Gráfico 1 – Total de ocorrências dos dez crimes mais frequentes

Gráfico 2 – Variação mensal de inquéritos policiais recebidos, denúncias oferecidas e arquivamentos promovidos

Gráfico 3 – Variação do acervo de inquéritos policiais

Gráfico 4 – Resposta do MPRJ aos inquéritos policiais

Gráfico 5 – Série histórica dos Registros de Ocorrência, Procedimentos investigatórios e denúncias oferecidas

Gráfico 6 – Oferecimento de denúncia por suas imputações

Gráfico 7 – Evolução temporal da taxa de denúncia

Gráfico 8 – Evolução temporal da taxa de procedência

Gráfico 9 – Resultado das sentenças das denúncias oferecidas em 2018

Gráfico 10 – Resultados das PIP: Núcleo Rio de Janeiro – relação entre os novos inquéritos e taxas de denúncia

Gráfico 11 – Resultados das PIP: Núcleo Niterói/São Gonçalo – relação entre os novos inquéritos e taxas de denúncia

Gráfico 12 – Resultados das PIP: Núcleo Duque de Caxias/Nova Iguaçu – relação entre os novos inquéritos e taxas de denúncia

Gráfico 13 – Resultados das PIP: Extranúcleo – relação entre os novos inquéritos e taxas de denúncia

Gráfico 14 – Série histórica do número de vítimas de homicídio doloso no estado por ano

Gráfico 15 – Vítimas de homicídio doloso por AISP

Gráfico 16 – Evolução temporal da taxa de denúncia para os casos de homicídio doloso

Gráfico 17 – Efeitos da atuação judicial em face das ocorrências de homicídio doloso registradas

Gráfico 18 – Evolução temporal das taxas de denúncia e arquivamento para os casos de homicídio doloso

Gráfico 19 – Relação entre a taxa de denúncia e os registros de ocorrência de homicídios dolosos na unidade territorial de determinado Batalhão de Polícia Militar (BPM)

Gráfico 20 – Resultado das sentenças dos casos de homicídios dolosos

Mapa 1 – Vítimas de homicídio doloso no estado do Rio de Janeiro

Mapa 2 – Vítimas de homicídio doloso na capital do Rio de Janeiro

Mapa 3 – Novos Inquéritos por comarca

Mapa 4 – Taxa de finalização por comarca

Mapa 5 – Taxa de procedência por comarca

Mapa 6 – Taxa de denúncia de homicídios dolosos no estado do Rio de Janeiro

Mapa 7 – Taxa de denúncia de homicídios dolosos na capital do Rio de Janeiro

Mapa 8 – Ocorrência de homicídio doloso e seu status

Tabela 1 – Série histórica de delitos selecionados

Tabela 2 – Série histórica da taxa de denúncia e de arquivamento

Tabela 3 – Série histórica do resultado de denúncias perante o Poder Judiciário

Tabela 4 – Atividade das PIP: Núcleo Rio de Janeiro – inquéritos policiais recebidos e os números absolutos das atividades

Tabela 5 – Atividade das PIP: Núcleo Rio de Janeiro – denúncias oferecidas e arquivamentos promovidos

Tabela 6 – Atividade das PIP: Núcleo Niterói/São Gonçalo – inquéritos policiais recebidos e os números absolutos das atividades

Tabela 7 – Atividade das PIP: Núcleo Niterói/São Gonçalo – denúncias oferecidas e arquivamentos promovidos

Tabela 8 – Atividade das PIP: Núcleo Duque de Caxias/Nova Iguaçu – inquéritos policiais recebidos e os números absolutos das atividades

